



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 031

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO**031ª SESSÃO ORDINÁRIA 02****Lista de presenças..... 02****Expediente:**

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 09

Horário das Lideranças:Liderança do PDT: Dep. Barbosa
Neto..... 13Liderança do PFL: Dep. Plauto
Miró Guimarães 14Liderança do PSDB: Dep. Valdir
Rossoni..... 16Liderança do PMDB: Dep. José
Maria Ferreira 19Liderança do Governo: Dep. José
Maria Ferreira 20Liderança da Oposição: Dep.
Valdir Rossoni..... 17**Ordem do Dia :**

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação 22

Votação em 2ª Discussão..... 22

Redação Final..... 23

3ª Discussão 24

2ª Discussão 31

1ª Discussão 31

Discussão Única 35

Requerimentos 35

Explicações Pessoais

Dep. José Domingos Scarpellini 36

Ordem do dia da próxima Sessão 37**031ª SESSÃO ORDINÁRIA****3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE ABRIL DE 2005***(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr.
Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Chico Noroeste, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Rafael Greca e Waldir Leite (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicação*****INDICAÇÃO Nº 013/2005**

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para que envie mensagem a esta Casa Legislativa, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a conceder vale-refeição, vale-transporte aos policiais militares.

Art. 2º As despesas provenientes da aplicação desta lei ocorrerão à conta de dotações próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura visa amenizar a situação financeira caótica em que se encontram os policiais militares do Estado do Paraná, é público e notório o valor aviltante do salário da categoria, impondo aos mesmos uma situação degradante quando se vêem obrigados a fazer suas refeições fora das imediações dos quartéis, ou quando têm que se locomover nos transportes coletivos e tendo que se sujeitar a trabalhos paralelos à sua função para que possam aumentar sua renda, proporcionando assim melhor qualidade de vida aos seus familiares.

Trata-se de uma coisa muito justa, investir na alimentação, no transporte destes profissionais que são tão importantes para nossa segurança, é preciso dar incentivo aos policiais quando desempenham tão árdua função em prol de nossa sociedade, garantindo o bem-estar a todos nós, portanto peço aos meus Pares empenho para aprovar tão importante projeto.

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1022**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei

nº 043/2005 - dispõe, para efeitos de segurança pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 043/2005, por 04 (quatro) Sessões, item 09 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, preferência de votação para a Emenda Substitutiva Geral de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 723/2003.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER cópias dos relatórios da CPI dos Jogos da Natureza e da CPI do Paraná Cidade.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que seja colocado em votação o relatório da CPI das Universidades.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER autorização para ausentar-se deste Poder no dia 29 do corrente, em viagem a Brasília, acompanhando Prefeitos da região dos Campos Gerais, bem como representando este Poder em audiência com o Ministro do Planejamento.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA designação da

Assembléia Legislativa do Paraná para participar em Pernambuco, no dia 28 de abril de 2005, do Seminário “Políticas Públicas para a Educação Infantil”.

Na mesma oportunidade, solicita a possibilidade de a Assembléia arcar com as despesas.

Sendo o que se apresenta para o momento renovarmos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a destinação do uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de maio, para explanação referente aos “15 anos do Código de Defesa do Consumidor e a atuação do PROCON/PR” pelo ex-Deputado Algaci Túlio, Coordenador Estadual do PROCON.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no artigo 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a prorrogação da presente Sessão Ordinária por mais duas horas.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 90 anos de idade, da Sra. Noemia Gomes Neves.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Orbaldina Rodrigues Landim.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 24 de abril, da apresentadora Nilda Ferreira.

Uma das vozes mais marcantes do rádio paranaense, trabalhou nas Rádios Guairacá, Tingüi, Colombo e fez enorme sucesso na Rádio Clube Paranaense (PRB-2). Alegre e comunicativa, faz parte da história da comunicação do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 20 de abril, do Procurador de Justiça, Silvio de Albuquerque Maranhão.

O Doutor Maranhão ingressou no Ministério Público em 1957, tendo atuado em várias comarcas. Foi Corregedor-Geral do MP no período de dezembro de 1989 a 1990, foi, ainda, professor de Direito de Curitiba e da Fundação Escola do Ministério Público.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de pesar pelo falecimento de Assis Pereira Viana, ocorrido em 25 de abril de 2005, na Cidade de Cascavel.

Assis Pereira Viana atualmente atuava como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema, onde residia com a sua família. Era casado com a Sra. Eneci Viana e deixou quatro filhos: Eliane, Joseli, Raquel e Leandro.

Iniciou desde cedo a sua luta sindical e a sua militância nos movimentos sociais onde sempre defendeu os interesses das minorias, dos pequenos agricultores e de todos aqueles que por algum motivo precisavam do seu apoio. Homem que sempre se preocupou com as causas sociais, deixando ao povo de Capanema a imagem de homem que lutou para desenvolver a cidade e a região, com muita seriedade e ética.

Hoje, o Município de Capanema e a região Sudoeste estão muito tristes pela perda deste que nunca mediu esforços para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A Deputada Luciana Rafagnin se solidariza com a família do Sr. Assis Pereira Viana, a quem externa voto de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a concessão de voto de congratulações ao Grupo Paulo Pimentel, especialmente à TV NAIPI, de Foz do Iguaçu, pela excelente cobertura jornalística regional, bem como pelos ótimos índices de audiência na programação local.

Do presente voto dê-se ciência ao Diretor local em Foz do Iguaçu, Sr. Edson Gagliano, no endereço: Av. Costa e Silva, 669, CEP 85.852-520 e em Curitiba ao Dr. Paulo Pimentel, no endereço Rua João Tcharnel, 800, CEP: 80.820-010.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A programação local da TV NAIPI em Foz do Iguaçu, vem atingindo ótimos índices de audiência, fruto da qualidade e da preocupação de bem informar do Grupo Paulo Pimentel, daí a iniciativa de reconhecer o belo trabalho com o presente voto de congratulações.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dorival Silvestri Arantes, Subdelegado Regional do Trabalho.

A referida homenagem se dá pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Waurides Brevilheri.

A referida homenagem se dá pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Amauri Brevilheri.

A referida homenagem se dá pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense. Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Itamar Nascimento, Presidente da ASSUEL - Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina. A referida homenagem se dá pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando a Ata da reunião dos moradores do Jardim Ipanema, com representantes do 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá, solicitando melhor estrutura de segurança pública para o referido bairro.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Assembléia Legislativa REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a implantação de repavimentação asfáltica sobre pedra irregular no trecho de estrada que liga Dois Vizinhos a Boa Esperança do Iguaçu, numa extensão aproximada de nove quilômetros, passando pelo CEFET e pelas comunidades rurais de São Cristóvão, Santa Cruz e Canoas, bem como o acesso da rodovia até o CEFET, aproximadamente trezentos metros lineares.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Esse trecho de estradas encontra-se revestido com pedras irregulares em aproximadamente 70% de sua

extensão e os outros 30% são revestidos com cascalho (revestimento primário). Ocorre que, com o tráfego intenso de veículos com carga, esse revestimento foi sendo danificado, e por ser o trecho mais curto na ligação entre os Municípios de Dois Vizinhos e Boa Esperança do Iguaçu, além de contemplar comunidades rurais de grande produtividade agropecuária, bem como o CEFEP, que está localizado às margens dessa rodovia, necessário se faz que o revestimento asfáltico seja implantado.

Assim sendo, solicitamos a aprovação dos nobres Deputados no sentido de que seja encaminhado o presente requerimento à Secretaria dos Transportes, objetivando o atendimento à justa reivindicação por parte do Secretário Waldyr Pugliesi, que tão bem coordena as ações daquela Pasta.

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o duto Plenário desta Assembléia Legislativa REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ao mesmo a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos, objetivando a implantação de revestimento poliédrico (calçamento com pedras irregulares) no trecho de estrada rural que liga a sede do Município até a comunidade de Piracema, numa extensão aproximada de dezenove quilômetros, passando pelas comunidades rurais de São Braz, São Miguel do Canoas e São Francisco do Bandeira, e mais aproximadamente quatro quilômetros, fazendo a ligação da comunidade de São Miguel do Canoas a São José do Canoas, totalizando aproximadamente 23 quilômetros.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Mencionados trechos de estradas, são de suma importância para o escoamento da safra agrícola no Município de Dois Vizinhos beneficiando também agricultores da região de divida com o Município de Boa Esperança do Iguaçu, pois contempla comunidades rurais de alta produtividade de grãos. Todo esse trajeto encontra-se revestido com cascalho (revestimento primário) há muitos anos, o que facilitará a implantação do revestimento poliédrico, pois a base está pronta, necessitando apenas de algumas correções de nível. Além disso, outra facilidade é que mencionada obra está parcialmente contemplada em emenda parlamentar de minha autoria, aprovada ao Orçamento Geral do Estado para o presente exercício financeiro.

Assim sendo, conto com a aprovação dos nobres Parlamentares e o atendimento por parte da Secretaria dos Transportes do Estado.

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o duto Plenário

desta Assembléia Legislativa, REQUER seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ao mesmo a edição de convênio com o Município de Dois Vizinhos, objetivando a implantação de revestimento poliédrico (calçamento com pedras irregulares) no trecho de estrada rural que liga a sede do Município até a comunidade de Fazenda Mazurana e São Pedro do Bandeira, numa extensão aproximada de dez quilômetros.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Mencionados trechos de estradas, são de suma importância para o escoamento da safra agrícola no Município de Dois Vizinhos, pois contempla comunidades rurais de alta produtividade de grãos. Todo esse trajeto encontra-se revestido com cascalho (revestimento primário) há muitos anos, o que facilitará a implantação do revestimento poliédrico, pois a base está pronta, necessitando apenas de algumas correções de nível.

Assim sendo, conto com a aprovação dos nobres Parlamentares e o atendimento por parte da Secretaria dos Transportes do Estado.

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Renato Guimarães Adur, solicitando informações se o bairro Jardim Colúmbia, de Londrina, está incluso no programa Paraná Urbano, para a pavimentação asfáltica, através de convênio com a Prefeitura de Londrina.

Caso o referido bairro esteja incluso, para quando está prevista a pavimentação das ruas, e caso não esteja, solicitando os motivos por este não constar no programa.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, envio de expediente ao Delegado Geral da Delegacia do Trabalho, Dr. Geraldo Serathiuk, solicitando a realização de convênios ou qualquer outra ação, para a instalação de postos avançados de atendimento em outras regiões da cidade, a fim de desafogar a Subdelegacia Regional do Trabalho de Londrina, que está com filas frequentes para atender várias cidades do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor-Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Alto Paraíso.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Sr. Dércio Jardim Júnior (Alto Paraíso-PR; CEP: 87.528-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Djalma Gonçalves de Oliveira, (Câmara Municipal - CEP: 87.528-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor-Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município Maria Helena.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Maria Helena, Sr. Osmar Trentini (Maria Helena-PR; CEP: 87.480-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador João Madeira, (Câmara Municipal - CEP: 87.480-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor-Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Nova Olimpia.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Nova Olimpia, Sr. Luiz Lázaro Sorvos (Nova Olimpia-PR; CEP: 87.490-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Laudemir Gomes, (Câmara Municipal - CEP: 87.490-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor-Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Perobal.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Perobal, Sr. Antonio Colognesi Sobrinho (Perobal-PR; CEP: 87.517-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luiz Carlos Barradas, (Câmara Municipal - CEP: 87.517-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD. Diretor-Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Alto Piquiri.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Sr. Valter Richter (Alto Piquiri-PR; CEP: 87.580-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Edvaldo Nunes da Silva, (Câmara Municipal - CEP: 87.580-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação da Patrulha Escolar, nos estabelecimentos de ensino do Município de São Tomé.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de São Tomé, Sr. Eliel Hernandez Roque (São Tomé-PR; CEP: 87.220-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Erivaldo da Cruz, (Câmara Municipal - CEP: 87.220-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação da Patrulha Escolar, nos estabelecimentos de ensino do Município de Pérola.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Pérola, Sr. Claiton Cleber Mendes (Pérola-PR; CEP: 87.540-000), bem como para a Presi-

dente da Câmara Municipal, Vereadora Ângela Mércia Azedo, (Câmara Municipal - CEP: 87540-000).

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando da mesma liberação de recursos para a cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Sol de Maio, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Sol de Maio foi inaugurado no mês de março de 2.002 e, até o presente momento não foi realizada a obra de cobertura da quadra de esportes, sendo que já existe a planta com a demarcação e o levantamento da mesma.

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e Previdência, indagando se é fato que os contratos de prestação de serviços de assistência médica postos à disposição dos servidores públicos do Estado, prevêem como forma de remuneração aos prestadores, o pagamento por estimativa dos procedimentos médicos ao invés do pagamento por procedimentos realmente adotado, e qual a justificativa para a adoção de tal critério.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Causou espécie a este Parlamentar a informação de que os contratos de prestação de serviços de assistência médica aos servidores do Estado, remuneraria os prestadores por estimativa de procedimentos e não pelo número efetivo de procedimentos realizados, já que, em tese, o custo poderia ser mais baixo pelo segundo critério.

De qualquer forma, tem o presente a finalidade de tornar oficial e estabelecer um canal de diálogo com a Administração Pública para sabermos qual caminho seguir.

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, indagando do mesmo quais os resultados efeti-

vos da Operação Foz Mais Segurança até o presente momento e quais os custos da referida operação.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os meios de comunicação vêm divulgando números da operação Foz Mais Segura de forma divergente, e para dar clareza e transparência, nada melhor que informação oficial da SESP.

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação sugerindo que no próximo concurso para professores e funcionários para a rede estadual de ensino, as provas sejam compatíveis com a função que o aprovado no concurso vai exercer e também seja considerado o tempo de serviço daqueles contratados pela CLT e Paranaeducação que já estão em serviço.

A presente proposição é motivada pelo incessante apelo de professores e funcionários que querem prestar o concurso.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado do Paraná e ao Procurador-Geral do Estado, que informem a este Poder Legislativo sobre legalidade das lotações dos Agentes Administrativos do Departamento de Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança informadas no Relatório de Cargos em Comissão, anexo ao ofício 223/2005 do Gabinete do Secretário da SESP, em face do que dispõe o artigo 2º da Lei 13.420 de 07.01.2002.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA, BARBOSA NETO e JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, ao Sr. Secretário de Estado Sr. Padre Roque Zimmermann, seja procedido estudo para a reabertura do Escritório Regional do Trabalho, Emprego e Promoção Social no Município de Pato Branco.

Lideranças municipais e regionais, através ofícios e reuniões, nos reivindicam total empenho para gestio-

narmos junto ao Governo e Secretário de Estado objetivando a reabertura do Escritório Regional.

São dezenas de Municípios melhor localizados geograficamente ao Município de Pato Branco, inclusive que já tem naquele município outros escritórios regionais como Educação, Saúde, Ambiental, etc., que a partir de agora deixarão de contar com a prestação de serviço do Escritório Regional e centenas de milhares de paranaenses que a partir do fechamento terão que buscar estes serviços em outro Município Pólo da região.

A avaliação daquelas lideranças é que o aumento da distância pelo fechamento daquele Escritório Regional trará perda administrativa significativa aos sudoestinos, inclusive muitos desses deixarão de receber atendimentos feitos pelo Escritório Regional com o fechamento.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PADRE PAULO CAMPOS, NATÁLIO STICA, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV, TADEU VENERI, ÂNGELO VANHONI, ELTON CARLOS WELTER e HERMES FONSECA.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 207/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a destinar recursos próprios para a construção e respectiva instalação de um hospital público no Município de Curitiba, para atendimento específico à terceira idade.

Art. 2º O Poder Executivo poderá celebrar convênio com o Município de Curitiba, a fim de utilizar-se de terrenos e edificações próprias, para que se efetive a construção e instalação da referida unidade hospitalar mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Fica ainda o Poder Executivo autorizado, se necessário, a abrir crédito suplementar para a efetivação da despesa ora especificada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Com o caótico atendimento do setor de saúde na Capital do Paraná, nos postos e nos hospitais, e com a demanda de doentes de outros municípios, principalmente da Região Metropolitana para os hospitais de Curitiba, entendemos que haja necessidade urgente da

construção e instalação de um hospital público em Curitiba, para o atendimento exclusivo aos mais idosos.

Considerando que as pessoas da 3ª idade são as mais afetadas por doenças crônicas, dependendo, portanto, de atendimento assíduo e medicamentos contínuos e que em função da idade mais avançada têm direito a um atendimento mais humano, na maior parte das vezes especializado, e mais individual, entendemos que se faz necessário a instalação de hospital que se destine apenas a este segmento da sociedade.

O Parlamentar acredita que os Parlamentares desta Casa estarão de acordo com esta iniciativa, sabedores que são das dificuldades encontradas pela população na área da saúde em Curitiba e da necessidade de prestarmos o maior número possível de serviços que promovam uma melhor qualidade de vida aos mais idosos.

PROJETO DE LEI Nº 208/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados o *caput* e o parágrafo único do artigo 1º da lei 14525 de 26.10.2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica obrigado o uso de lacres higiênicos na parte de fora das latas que contêm bebidas de toda espécie oferecidas ao consumo da população.

Parágrafo Único. O não cumprimento do *caput* deste artigo, por parte de empresas, acarretará a multa no valor de 10.000 UFIRs bem como o recolhimento das latas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem como objetivo contribuir para que a Lei 14525/2004, tenha mais eficácia e contemple as pequenas e médias empresas que não têm condições de arcarem com um alto custo para lacrar as suas garrafas, haja vista que a obrigação de se adaptar e criarem lacres higiênicos na parte de fora das garrafas traria um custo adicional dificilmente suportados pelas pequenas e médias, ao contrário das grandes empresas.

Além disso as garrafas de bebidas que são vendidas em bares e supermercados não foram feitas para serem utilizadas no “bico” e sim serem servidas em copos ao contrário das garrafas “long neck” que utilizam a própria tampa como inibidor de proliferação de bactérias, uma vez que o consumidor tem que retirá-la para consumi-la.

Certos de que os nobres Pares poderão avaliar a importância e o alcance da presente proposta, contamos com sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 209/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede e foro na cidade de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Fernandes Pinheiro, incentivando e organizando ações do voluntariado e assim, buscando o desenvolvimento da sociedade.

As principais ações do PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro têm como intuito atender crianças, idosos e deficientes, bem como melhorar a condição de vida da população carente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 210/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 10 Os artigos 224 e 231 da Lei Complementar 14/82 passam a vigorar com as seguintes redações:

Art 224 São circunstâncias que atenuarão a pena ter o transgressor:

I - procurando diminuir conseqüências da falta ou haver, antes da instauração do procedimento investigatório disciplinar, reparado o dano;

II - ter confessado espontaneamente a falta à autoridade, de modo a facilitar sua apuração;

III - cometido a infração por motivo de relevante valor social ou mortal;

IV - cometido a infração sob coação, que poderia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de vítima;

V - cometido a infração sob influência de multidão em tumulto, se não o provocou;

Art 231 A pena de demissão poderá ser substituída por suspensão de noventa dias, ficando a autoridade sindicante, com autonomia em seu relatório final, de expor sua opinião bem fundamentada e por deliberação do Conselho da Polícia Civil, com perda integral da remuneração, quando o funcionário for primário e estiver presente as circunstâncias atenuantes previstas nesta lei;

Parágrafo Único. O ato originado da demissão do servidor policial mencionará, sempre a causa da penalidade;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se na processualística dos procedimentos disciplinares em andamento, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar 89 de 25 de junho de 2001, editada para atender aos clamores da CPI do Congresso Nacional, retirou do Estatuto da Polícia Civil o texto que fora introduzido pela Lei Complementar 84 de 03.08.1998 no artigo 230 que, em síntese, dizia:

“a pena de suspensão de noventa dias ou de demissão, será aplicada, mediante processo disciplinar, quando se caracterizar:”

Enunciava, em seguida, todas as hipóteses de penalidades previstas no diploma estatutário.

Desde então o Estatuto da Polícia Civil (Lei Complementar 14/82), no artigo 213, enuncia para infração a penalidade: suspensão ou demissão. Permite flexibilidade quando se trata de suspensão; não quando é demissão. Neste caso “engessar” o caso, como por exemplo:

Art. 213, XIX - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como cotista ou comandatário;

Penalidade: demissão.

Assim, praticar usura em qualquer de suas formas (XX), fazer uso indevido de arma (XLI), desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de ordem de autoridade superior (XLVI), dar causa, internacionalmente, ao extravio ou danificação de objetos, livros, material de expediente, pertencentes à repartição policial e que estejam confiados à sua guarda ou não (LVII) e outras mais.

Há de se convir que o texto retirado melhor disciplinava a matéria porque permitia a análise, de fato e de direito, caso a caso, das hipóteses de demissões.

A aplicação da sanção constitui a reação do Estado à conduta infracional. Por isso, deve ser proporcional e suficiente para cessar a ação e produzir se necessária reflexão, a fim de reeducar.

A reação do Estado deve atender ao interesse público, à moralidade administrativa e aos princípios da finalidade, proporcionalidade e da própria legalidade.

Não se pode conceber que a reação do Estado seja desmedida e infinitamente superior e mais grave que a própria conduta infringida.

O entendimento de penalidade única, como ocorre com a demissão, impossibilita um exame subjetivo, aprofundada e impede a aplicação individualizadora da penalidade.

Dá guarida ao princípio da responsabilidade objetiva, tal como nas aplicações de penas administrativas por acidentes de trânsito e infrações à lei tributária, que igno-

ram o aspecto subjetivo do ato praticado, a vontade do agente, a ausência de dolo e a personalidade do autor.

Por ser de responsabilidade objetiva, na linha da coerência, poderiam os casos de demissão, hoje previstos, dispensar o processo disciplinar destinado à apuração da responsabilidade subjetiva do autor pelo fato.

Bastariam, então a investigação preliminar ou o procedimento criminal, que comprovam o fato, para admitirem, em tese, aplicação de pena.

Ao impossibilitar a análise subjetiva e individualizadora da penalidade, passa-se ao largo do que dispõe o artigo 5º, inciso XLVI da Constituição Federal.

Assim, não se deixar de considerar a vida pregressa do servidor, o desempenho profissional, a probidade, a responsabilidade pela conduta em todos os anos que laborou, a inexistência, é então, de qualquer desabono na folha funcional.

Chega-se, portanto, a considerar imoral a pena de demissão, como pena única prevista, assim a autoridade poderá usar a dozimetria.

A demissão deverá, certamente, ser aplicada quando resultar da compreensão de que é justa e cabível, sopeada nas provas dos autos e antecedentes e que dê resposta eficiente e proporcional ao mal praticado pelo servidor.

PROJETO DE LEI Nº 211/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica atribuído aos servidores ocupantes do cargo de Delegado de Polícia das diferentes classes, a gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, sobre o vencimento básico, correspondente ao percentual previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 96, de 12/09/2002.

Art. 2º A gratificação prevista no artigo 1º desta lei, equipara os servidores ocupantes do cargo de Delegados de Polícia das diferentes classes, tanto os ativos quanto os inativos, aos Delegados de Polícia que já recebem a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva por força de decisão judicial irreversível.

Art. 3º Os proventos e pensões que têm por base de cálculo o vencimento básico de que tratam os artigos precedentes desta lei, atenderão aos mesmos critérios adotados para a remuneração dos Delegados de Polícia das diferentes classes, observando o disposto no artigo 35, parágrafo 8º da Constituição Estadual.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Os Delegados de Polícia não têm seus vencimentos majorados por cerca de dez anos.

Não trata o presente, de simples pedido de aumento de vencimentos, e sim da justa reposição salarial dessa classe profissional, à qual compete o comando da Polícia Civil e o exercício de relevante trabalho social.

Assim, a pleiteada majoração irá permitir, tão somente, que os Delegados de Polícia possam fazer frente aos índices inflacionários, tal qual se deu com profissionais de outras áreas da administração estadual e que tiveram seus vencimentos majorados, como por exemplo, os Oficiais da Polícia Militar e Procuradores do Estado.

O índice inflacionário acumulado de set/95 a ago/04, pelo INPC, é de 56,80 e, o mesmo índice em igual período, pelo IPCA é de 55,75.

Ademais, tal gratificação corrigirá a diferença salarial existente entre os servidores ocupantes da classe de Delegados de Polícia, entre os quais, alguns já a recebem por força de decisão judicial, o que provoca um desgaste natural, vez que pelo mesmo trabalho está ocorrendo diferentes remunerações, ferindo-se assim, o princípio da isonomia.

Da análise constitucional do texto proposto no projeto de lei em epígrafe, depreende-se que com relação à iniciativa da proposta, é esta, dada a devida vênua, da Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, conforme previsão legal do artigo 53, X, da Constituição do Estado, *in verbis*:

“Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias”.

Muito embora, haja no texto da Constituição do Estado, previsão de matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado, *in verbis*:

“Art. 65. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: (grifo nosso)

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Salienta-se que da análise textual do artigo supra

mencionado, ocorre que somente é de iniciativa do Governador do Estado as questões específicas no texto, vale dizer, que são números clausuros, fechados, e ressaltados os demais assuntos de iniciativa da Assembléia Legislativa, com isso, conclui-se que o artigo 53, inciso VIII e X, é uma das ressalvas de que trata o artigo 66, muito embora, tendo que se submeter as questões de que trata o artigo 53 à sanção do Governador do Estado, mas tão somente à sanção e não necessariamente de iniciativa deste.

Ocorre ainda que a previsão legal, *caput* do artigo 53 da Constituição do Estado fala que a Assembléia Legislativa poderá,... “dispor” sobre todas as matérias de competência do Estado. Em análise gramatical da palavra dispor, depreende-se que são várias as formas utilizadas para a mesma, dentre elas a de “preparar”, de “criar”, “conceber”, “determinar”, “promover”, “ensejar”, diante do que facilmente destaca-se que não há óbice para a Assembléia Legislativa em ensejar ou determinar, como iniciativa do projeto de lei. Protesta-se para que a matéria tenha continuidade e seja votada em plenário, devido a pertinência que a mesma possui, bem como a subjetividade da palavra dispor.

Em última análise, as questões acerca da gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos Delegados de Polícia é matéria que deve ser discutida em Plenário, pela complexidade que a mesma exige, ademais, trata-se de um parâmetro de justiça a respectiva gratificação pelo esforço desempenhado pelo servidor em concluir uma pós-graduação, seminários fora do Estado, vindo a se aperfeiçoar na sua função e também equilibrar seus salários com os Delegados de Polícia que já recebem essa gratificação por força de decisão judicial, ficando assim inócua qualquer tipo de ação judicial.

PROJETO DE LEI Nº 212/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* e acrescidos e alterados parágrafos e incisos do artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Código Florestal do Estado do Paraná:

“Art. 7º As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Reserva Florestal Legal devem representar, em uma ou várias parcelas, um mínimo de 20% (vinte por cento) da propriedade rural, visando a manutenção de vegetação nativa do Estado e ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade, respeitando os interesses públicos.

§ 1º A compensação da Área de Reserva Florestal Legal poderá ocorrer, por opção do proprietário rural, de uma das seguintes formas:

I - na mesma bacia hidrográfica e ecossistema; e,

II - em condomínios florestais privados ou públicos, localizada em qualquer dos Municípios do Estado do Paraná, com exceção dos Municípios de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

§ 2º Caberá ao Governo do Estado implementar os condomínios florestais públicos:

I - em áreas de baixa aptidão agrícola, que se encontrem degradadas, para fins de recomposição ambiental;

II - em áreas extensivas de grande importância ecológica;

III - em remanescentes de vegetação nativa necessários à conexão das Unidades de Conservação.

§ 3º As propriedades que após cumprirem com as disposições deste artigo, ainda dispuserem de mais áreas cobertas com vegetação nativa em qualquer estágio de desenvolvimento, poderão ceder ou arrendar este excesso para outras propriedades que não possuam a Reserva Florestal Legal, ou possuam parte dela, obedecendo o disposto no parágrafo 1º, deste artigo.

§ 4º Os proprietários que possuam grandes áreas, com vegetação nativa e de interesse ecológico, poderão constituir condomínios florestais privados para fins de compensação de reserva legal, desde que obedecendo o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 5º Os condomínios florestais públicos ou privados serão divididos em cotas de Reserva Florestal Legal que poderão ser vendidas ou arrendadas aos interessados, obedecendo-se o no parágrafo 1º deste artigo.

§ 6º A recomposição poderá ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(aa) MILTINHO PUPIO
HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de adequar a Lei Florestal do Estado do Paraná às condições previstas da Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, no parágrafo 4º de seu artigo 44, com respeito à possibilidade de implantar a Reserva Legal fora da propriedade.

A apresentação do presente plano de lei é necessária, tendo em vista as condições particulares do Estado do Paraná, onde a pequena propriedade é praticamente a regra da estrutura fundiária e onde existem grandes extensões de terras férteis, cujo abandono para implantação da Reserva Legal não é desejável nem econômica, nem socialmente.

Pretende-se, igualmente, que o Estado realize a sua parte, implantando condomínios públicos onde os produtores possam cumprir os ditames legais e ao mesmo tempo manter grandes maciços florestais onde a defesa da biodiversidade será mais efetiva. E incentivar igual-

mente que propriedades de maciços florestais possam criar condomínios privados, com funções idênticas.

Desta forma o Paraná estará cumprindo simultaneamente dois preceitos legais, o da implantação da Reserva Legal e de manutenção da biodiversidade.

PROJETO DE LEI Nº 213/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O trecho de aproximadamente 45 quilômetros da PR-364 que interliga os Municípios de São Mateus do Sul a Irati, será pavimentado asfálticamente, na forma de, cumprindo-se todas as exigências constitucionais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(aa) ALEXANDRE CURI, NATÁLIO STICA,
ANTONIO ANIBELLI e PEDRO IVO ILKIV.

JUSTIFICATIVA:

No uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, os Deputados que este subscrevem, entendem que a região compreendida neste trecho é de fundamental importância para a escoação da safra da agricultura paranaense.

A referida PR encontra-se em condições precárias, deixando de ser opção e tornando-se um problema para a população local, além de dificultar o escoamento da safra de grãos do nosso Estado.

Pretendendo contribuir com o desenvolvimento do Estado do Paraná, e, com base no já exposto, propomos o presente.

PROJETO DE LEI Nº 214/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O trecho de 27 quilômetros da PR-151 que interliga os Municípios de São Mateus do Sul a Três Barras, que faz divisa com o Estado de Santa Catarina, será pavimentado asfálticamente, na forma de lei, cumprindo-se todas as exigências constitucionais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.04.2005.

(aa) ALEXANDRE CURI, NATÁLIO STICA,
ANTONIO ANIBELLI e NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

No uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, os Deputados que este subscrevem, entendem que a região compreendida neste trecho é de fundamental

importância para a escoação da safra da agricultura paranaense.

A referida PR encontra-se em condições precárias, deixando de ser opção e tornando-se um problema para a população local, além de dificultar o escoamento da safra de grãos do nosso Estado.

Pretendendo contribuir com o desenvolvimento do Estado do Paraná, e, com base no já exposto, propomos a presente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme entendimento anterior, passaremos ao Horário das Lideranças: PP, PPS.

(Declinam)

PDT. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando da vinda do Procurador Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda a esta Casa, nós levantamos aqui a questão da alienação dos contratos das ações da ELEJOR com a COPEL. Na oportunidade, o Procurador disse que não tinha conhecimento do teor das dúvidas que pairavam sobre essa operação, e eu disse que no dia seguinte protocolaria uma ação pública para que ele pudesse tomar conhecimento. A Justiça Federal entendeu que não seria ela a se ater a este caso, mas sim, a Justiça paranaense. Isso foi feito.

Na tarde de hoje subo à tribuna para trazer a cópia do Ilmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública Dr. Luiz Osório Moraes Panza, que determina que todos os réus que estão sob suspeita nessa operação sejam ouvidos e apresentem documentação a ser juntada ao processo no prazo de vinte dias, dentre eles o Governador Roberto Requião, a Triunfo, a COPEL PAR, a Paineiras da família Gulin, e outras tantas.

Estaremos esperando pela apuração desse processo. Só esperamos que a Justiça não demore tanto para apurar essas denúncias gravíssimas, já que pairam sérias dúvidas sobre a maior operação financeira deste Governo. Aquilo que eu havia denunciado aqui, estamos provando através dos Autos 390/2005, com a cópia recebida pelo Dr. Luiz Osório Moraes Panza no dia 20 de abril. Nós, que somos defensores do Estado do Paraná, estamos cumprindo a nossa obrigação precípua de investigar ou pelo menos de apresentar as denúncias e deixar que as autoridades competentes - neste caso é a 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Paraná - possam fazer a sua parte.

Se estivermos com as nossas suspeitas sem fundamento serei o primeiro a aplaudir aqui a decisão da Justiça e o Governo do Paraná. Mas, se for o contrário, nós estaremos também levando a termo todas essas denúncias e contaremos com o Ministério Público e com a Justiça para dar um parecer sobre isso, porque vimos aqui o Procurador-Geral do Estado, zombando ou tentando fazer vistas grossas ao Deputado Durval Amaral, quando levantou essas questões, fazendo os questionamentos neste plenário, mas nós não ficamos apenas no discurso fácil, não ficamos apenas apostando na estratégia do quanto pior, melhor, não! Nós estamos apresentando os fatos, que esperamos sejam apurados. É uma denúncia grave, séria e que merece o pronunciamento das autoridades.

Quero também na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trazer a esta Casa a minha preocupação em relação à conservação das rodovias estaduais paranaenses, principalmente quando vejo o Governo despejando milhões de reais na mídia, falando da proeza de ter conservado as rodovias do nosso Estado, ou de ter feito recapeamentos, como se isso não fosse até a obrigação do Governo do Estado, que já está há 27 meses tendo essa função de, é claro, gerir os recursos dos impostos que o povo paranaense arrecada e também tendo a obrigação de tomar conta e zelar pelas estradas paranaenses, e vejam, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada eu apresentei um requerimento nesta Casa, mais exatamente no dia 18 de abril, e ele foi obstado pelo Governo do Estado, através dos dignos representantes do Governador Roberto Requião, nesta Casa. Naquela oportunidade eu fazia aqui um questionamento respeitoso ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento da PR-445, no trecho da Rodovia até o acesso à BR-376 e pasmem, senhoras e senhores, justamente nesse trecho, no final de semana, quatro vidas foram ceifadas!

Se esse requerimento pelo menos tivesse tido o trâmite legal aqui, apenas para que o Secretário Waldyr Pugliesi pudesse nos responder, nós poderíamos já ter adiantado o trabalho que a Secretaria terá e que é justamente obrigação dela! Eu fiz aquele questionamento, prevendo já uma tragédia anunciada que, lamentavelmente, se confirmou neste final de semana. Quatro pessoas morreram! Quanto vale essas vidas?

Uma senhora de 82 anos foi colhida no acostamento da rodovia, nas imediações do Posto Bengala, no Município de Tamarana, por causa da aquaplanagem de um carro cujo motorista que não ficou para prestar-lhe socorro. Isto, foi no domingo.

No sábado pela manhã, também a aquaplanagem provocou um acidente gravíssimo, tirando a vida de um jovem de 12 anos e seus avós. Ali mesmo, na PR-445, em frente à Eletrosul, nesta mesma Rodovia Celso Garcia Cid - que nós estamos pedindo o recapeamento aqui. Não é culpa do Governo.

Não farei este discurso simplista, irresponsável até, mas quando a gente vê que são gastos milhões e milhões

de reais na pavimentação asfáltica de milhares e milhares de quilômetros, por que não atender a essa rodovia, que é única que liga a cidade de Londrina à Capital Curitiba, mas que ainda não tem esse trecho duplicado, mesmo sendo Londrina a principal cidade do interior do Paraná?

O que nos cabe dizer, é que esse meu requerimento do dia 18 tinha sido motivado por outros dois graves acidentes que ocorreram nessa mesma rodovia, onde um garoto de seis anos, Renuan, acabou sendo vítima de um acidente. Seu pai, um caminhoneiro experiente, voltava de Tamarana, onde foi velar seu pai, para sua cidade, Cambé, no jardim Riviera, e mais uma vez a aquaplanagem provocou o acidente, tirando a vida do Renuan Peçanha Luís, de seis anos, e deixando a sua mãe com fraturas seriíssimas na coluna.

Portanto, Sr. Presidente Hermas Brandão, senhoras e senhores, peço na tarde de hoje a todos os Deputados desta Casa, que permitam que este requerimento seja aprovado e chegue às mãos do Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, para que pelo menos nós possamos ver esta rodovia recapeada, para que o Norte do Paraná seja também beneficiado pelas obras que estamos vendo pela televisão, do recapeamento, da conservação de rodovias importantes, mas o Norte do Paraná não vem sendo beneficiado.

É o apelo que faço, para evitar que novas vidas sejam ceifadas, que mais pais e familiares sofram, vendo seus filhos, mães e avós, como é o caso desta senhora de 82 anos, perderem precocemente suas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

No horário destinado ao PFL, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero mandar um abraço pela audiência que o Canal 21 está tendo. Segundo levantamento do IBOPE, no Palácio Iguaçu o Canal 21 é líder de audiência, estourado, somando todos os outros canais de televisão do Estado do Paraná. Então, um abraço a todos os telespectadores que estão nos assistindo, lá no Palácio Iguaçu.

O que nos traz hoje, Sr. Presidente, é um projeto de lei que temos na Ordem do Dia, através de uma lei estadual. Ele age no sentido de regulamentar o horário do funcionamento dos estabelecimentos comerciais que vendem estritamente bebida alcoólica no Estado do Paraná.

Vimos um projeto de lei como este sendo colocado em prática em vários Municípios paranaenses, aqui no vizinho Município de Curitiba, a Fazenda Rio Grande, em Apucarana, Arapongas, Ponta Grossa e outros tantos

que têm uma lei determinando o horário de fechamento para esses estabelecimentos. Dias de semana, na maior parte dos Municípios, às onze horas da noite têm que fechar as portas esses estabelecimentos que vendem estritamente bebida alcoólica, e ficará fechado até às sete horas da manhã. Em final de semana, fecha, da uma às sete horas da manhã, podendo funcionar das sete horas da manhã até onze horas da noite em dias de semana. E nos finais de semana, das sete horas da manhã até uma hora.

Nós temos visto em vários Municípios essas ações que tentando amenizar a criminalidade dos municípios e dá certo. Em Diadema, no Estado de São Paulo, vimos a criminalidade diminuir em mais de 60%. Uma matéria que tomou uma página inteira da Folha de São Paulo, aponta os resultados obtidos com uma lei que determina o horário do fechamento.

Para nós é claro, as pessoas que ficam madrugada adentro, nos dias de semana, dentro de um estabelecimento, consumindo álcool, naturalmente acabam tendo uma alteração no seu comportamento. Sem contar que esses estabelecimentos tornam-se lugares para venda de drogas.

Hoje, nos bairros o consumo de crack sobe significativamente. As pessoas, os jovens acabam comprando e passando a noite inteira dentro desses estabelecimentos e ao mesmo tempo roubando, saqueando, indo para casa alterados, surrando a esposa, agredindo sua família, e é contra isso que queremos debater.

Quando vejo a possibilidade de funcionar das sete horas da manhã às onze horas da noite, é o tempo necessário para que um estabelecimento possa ter o seu resultado financeiro.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Entendo que seu projeto vai contribuir muito para a redução da escalada da violência. É digno de louvor. V. Exa. demonstra sabiamente as estatísticas de locais onde já foi aplicado, mas, infelizmente, digo “infelizmente” alguns estabelecimentos não podem ser fechados às onze horas da noite, como é o caso de Foz do Iguaçu, onde temos estabelecimentos que contribuem para o desenvolvimento do turismo. Os turistas durante o dia fazem o passeio e durante a noite têm bares qualificados para irem.

Percebo, em seu projeto, que existe a possibilidade de excluir, desde que cumpra três ou mais requisitos de um rol que V. Exa. elenca no projeto.

Entretanto, gostaria de comunicar-lhe que estamos colocando uma emenda em seu projeto, vedando que os estabelecimentos sem alvará, em Foz do Iguaçu mais de 80% dos bares e similares não têm alvará de funcionamento, portanto estão à margem da lei.

Mesmo que cumprissem esses requisitos para se manterem abertos, entendemos que tais estabelecimentos não possam permanecer abertos.

Então, atendendo a um pedido da Associação de Bares, Hotéis e Similares de Foz do Iguaçu, estamos

colocando uma emenda ao seu projeto para que, em relação ao dispositivo que trata da exceção para o fechamento dos estabelecimentos às onze horas da noite, aqueles que não têm o alvará, em hipótese nenhuma estarão exceptuados do crivo da vossa lei.

Muito obrigado!

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

Gostaria de parabenizá-lo por esse projeto. É um projeto polêmico. Fui o relator dele da CCJ, demos o parecer favorável, porque entendemos que é polêmico, mas importante.

Temos exemplos que deram certo no Estado do Paraná. Por exemplo, a cidade Fazenda Rio Grande, o Prefeito Toninho lá implantou essa lei. Fazenda Rio Grande que era considerado o Município mais violento da Região Metropolitana, e foi implantado em parceria com a Guarda Municipal, com as Polícias Militar e Civil; reduziu drasticamente o número das ocorrências e da violência da cidade, principalmente das pequenas ocorrências, dos assaltos, das brigas de bares, dos assassinados em portas dos bailões.

Sabemos que alguns donos de estabelecimentos irão ficar um pouco chateados, mas eles têm que entender que é um projeto pensando na maioria, nas famílias de bem.

Está de parabéns, Deputado Plauto Miró. Um projeto importante que vai beneficiar a família do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço as duas posições dos Deputados.

Quero deixar claro que duas pesquisas de opinião pública foram feitas. Uma delas na Capital do Estado, em Curitiba, outra na cidade de Ponta Grossa, pelo Instituto Paraná Pesquisa. Na cidade de Ponta Grossa a pesquisa mostra que 87% das pessoas da cidade são a favor da lei e 9% são contra. Aqui em Curitiba, 82% das famílias curitibanas, das pessoas que aqui vivem, são a favor de que o fechamento seja feito em determinada hora. Isso é resultado do que a opinião pública do Estado do Paraná pensa. Os paranaenses vêm nesse projeto de lei a necessidade de se ter esse horário de fechamento.

Tomei o cuidado para preservar aquele estabelecimento comercial que age de acordo com os parâmetros que a sociedade paranaense e brasileira desejam. De que forma?

Nós colocamos aqui que, se um estabelecimento puder cumprir três pré-requisitos daqueles cinco que aqui vou ler, estará fora da abrangência da lei. Primeiro: se o estabelecimento tiver um cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados; segundo: se tiver um serviço de garçom; terceiro: se tiver música ao vivo; quarto: se tiver uma pista de dança e quinto: se tiver mais de cinco mesas. Então, se um estabelecimento puder cumprir três desses pré-requisitos está fora.

A realidade é uma: nós queremos atingir aquele estabelecimento que vende apenas a bebida alcoólica e que é um ponto de referência de venda de drogas, em especial aquela droga que atinge hoje uma boa parte da juventude brasileira que é o crack e que é vendido dentro desses pequenos estabelecimentos que vendem apenas a bebida alcoólica, aquela portinha que no fundo tem um balcão e aí ele faz o trabalho de venda de bebida alcoólica e, ao mesmo tempo, de drogas.

Só para completar, tivemos um acesso e contato junto à Secretaria da Segurança Pública e está claro, nos seus levantamentos, que nas proximidades desses estabelecimentos temos um crescimento na criminalidade, significativo. A idéia é uma só: tentar fazer com que esses estabelecimentos tenham um horário de fechamento de acordo com aquilo que a nossa lei fala.

Peço o apoio de todos. Nós tivemos um acordo feito com o Deputado Dobrandino que pediu para tirarmos por quatro sessões esse projeto para discutirmos um pouco mais, para vermos se conseguimos o apoio de toda a Assembléia e quero dizer: quem estiver do lado desse projeto, está do lado da maioria da população que vive no Estado do Paraná: quem estiver contra, está defendendo outros interesses.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(**Declina**)

Consulto a Liderança do PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Scarpellini. Estou fazendo o pronunciamento aqui, do lado do Governo, não porque aderi ao Governo, mas eu gostaria que V. Exa. fizesse uso da palavra também daqui, porque o som está uma maravilha!

Deputado Dobrandino. O que me faz vir à tribuna, hoje são várias razões. Inicialmente, quero dizer a V. Exa., como líder ao qual tenho grande respeito, que entramos com um requerimento nesta Casa no dia sete de março e até o presente momento não obtivemos resposta.

Nós entramos com outro requerimento, a Oposição, no dia 05 de abril; não obtivemos resposta. Então, só coloco esta questão porque há um acordo de cavalheiros para que tenhamos essas respostas para aqui podermos fazer os nossos pronunciamentos.

Deputado Hermes da Fonseca, venho a este lado da tribuna para fazer, não digo uma crítica, porque ouvi sempre deste lado Parlamentares esbravejando contra o Governo anterior pelos gastos em comunicação.

Por isso, não faço pronunciamento da nossa tribuna, mas faço da tribuna do Governo, porque é o mesmo pronunciamento que vi no Governo anterior. Diziam dessa tribuna, os Deputados, que o Governo anterior gastava muito. Até acho que gastava. Não acho, tenho certeza!

Pasmem os senhores, é por isso que o discurso cabe bem nesta tribuna aqui, Deputado Praczyk. O governo atual vai gastar neste ano, 120 milhões, em mídia! O que quer dizer isso? Estávamos há pouco calculando uma casa popular, alguns me dizem sete mil, outros cinco mil e quinhentos. Mais ou menos cinco mil e quinhentos, Deputado Dobrandino. Deputado Scarpellini, com o dinheiro que o Governo vai gastar com mídia este ano, nós construiríamos 25 mil casas, no mínimo. Das duzentas mil prometidas pelo Requião e com as três mil que ele já construiu, ficaria uma dívida muito menor com o povo do Paraná.

Então, os Parlamentares que vieram a esta tribuna criticar o Governo anterior, com razão, pelo gasto em mídia, seria bom nos ajudarem a criticar o atual. Se era errado no Governo anterior, é errado no atual. E, diga-se de passagem, para fazer propaganda enganosa, porque é na verdade um Governo virtual. O Governo Tudo Para o Futuro. A escolinha parece que virou agora o Cabo Canaveral. Toda terça-feira há lançamentos de programas. Agora, vemos até nos pontos de ônibus, colocadas aquelas propagandas: “o governo vai fazer quatro mil quilômetros de estrada”. E, por conta disso, já estão gastando uma fortuna na mídia.

Ora, o Governo anterior já foi julgado e derrotado nas urnas. Nós fomos derrotados por cometermos o erro. Agora, o cidadão que está em casa neste momento, imagine os senhores: o governo atual vai gastar 120 milhões em mídia! Poderia construir 25 mil casas! De um outro lado, vem com uma mídia totalmente enganosa.

Porque o governo pode divulgar o que ele fez, o que ele vai fazer é obra do futuro. E veja como eles fazem as contas: tinha um “livrinho” esses dias aí; eta livrinho enganoso, que trazia a relação das estradas que serão recuperadas.

Cito um trecho porque conheço muito bem, que liga o Município de Pinhão com o Município de Bituruna - são sessenta e poucos quilômetros. Deputado Dobrandino, foi recuperado lá apenas sete quilômetros de rodovias. Foi feito um tapa-buraco em sete quilômetros de rodovia! No relatório dos quatro mil quilômetros de estrada, estão lá 47 quilômetros! De sete para 47, há uma diferença muito grande. Seria bom que o editor dessa revista, desse jornal publicitário do Governo, corrigisse esses erros, porque a maior prova está nos números.

O Sr. Hermes Fonseca (PT)

Permite-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI

Importante eu ver o Deputado Hermes ouvir este pronunciamento. Tenho certeza que V. Exa. vai somar-se

a esta “gastança” em publicidade, porque V. Exa. não concordava no passado e não concorda no dia de hoje.

Há outra questão e que precisamos, Deputado Dobrandino, da resposta da Secretaria dos Transportes. Houve uma licitação em torno de 180 milhões de recuperação de rodovias. Quantas empresas ganharam? Quatro empresas, que estão sublocando, ganhando uma fortuna para pequenas empreiteiras.

Por esta razão, estamos pedindo aqui essas informações, que não chegam de jeito nenhum. Deputado Neivo, já me telefonou o Diretor do DER pedindo mais uma semana. Foi-lhe dado mais uma semana. Ele explicou que é muito documento. É claro que é muito documento! São 180 milhões sendo gastos! Agora, colocaram uma cláusula no edital, onde diz: quem tiver o produto, asfalto, poderá participar da licitação; quem não tiver, não poderá. Quatro empresas, Deputado Neivo, têm esse produto! Eles não precisavam fazer licitação. Poderiam dizer o seguinte: quem vai construir as estradas são essas e essas. Os escritórios dessas quatro empresas viraram o DER do Paraná, porque lá estão fazendo fila as pequenas empreiteiras, para sublocar os trabalhos. Estas beneficiadas com as benesses do Governo, estão ganhando seus 15,20%, sem executar a obra! Só por obra de uma cláusula - Deputado Nelson Justus, V. Exa., Secretário dos Transportes, já imaginou colocar uma cláusula, onde apenas quatro empresas do Paraná se enquadram para entrar na licitação? Quatro ou cinco empresas! Imaginem que teria aqui uma guerra, um transtorno!

Estou encerrando aqui o meu pronunciamento, mas dou um aparte a V. Exa., Deputado Hermes Fonseca.

Espero que V. Exa. não tenha se agravado por eu estar na sua tribuna. Só faço o uso devido ao som e devido ao volume de recursos que está sendo gasto na mídia.

O Sr. Hermes Fonseca (PT)

Pergunto a V. Exa. se tem dúvida de que o Governo vai fazer aquilo que está escrito?

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Um minuto para o senhor concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Hermes Fonseca, respondo-lhe sem titubear, mas não estou aqui para ser questionado.

Estou fazendo um pronunciamento com dados e números e V. Exa. me pediu o aparte. Com o respeito que tenho por V. Exa., continuo lhe dando o aparte.

O Sr. Hermes Fonseca (PT)

Mas eu lhe perguntei.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não estou aqui para ser questionado. V. Exa. poderá fazer uso da Liderança.

O Sr. Hermes Fonseca (PT)

V. Exa. também sabe quanto foi gasto até hoje de publicidade por este Governo? Estamos em dois anos e quatro meses de Governo!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, estou notando o jeito que querem governar o Brasil e não é em democracia, é Inquisição, mesmo! Agora ele se colocou não para me apartear, mas para me questionar! Pode me questionar, sim! V. Exa. usa da tribuna do seu Partido; pode me contraditar aqui e vou aceitar com todo prazer. Quero dizer a V. Exa. que eu sei que fica difícil de justificar atitudes como essas.

Passa a fazer uso do Horário da Liderança da Oposição

Sei, Deputado Hermes Fonseca, que fica difícil responder e tenho visto aqui muitas vezes, quando levamos críticas, a resposta ser com críticas. Esquecem os governistas de quem está governando o Paraná, que esbravejavam quando se gastava em mídia e agora estão cometendo o mesmo pecado em apenas um ano! Um Secretário da Segurança, que foi denunciado agora o seu irmão, por levar droga nas penitenciárias e não se explica nada ao povo paranaense! Parece que não aconteceu nada!

A segurança do Paraná é um verdadeiro caos, até nos municípios pequenos, onde funcionava bem, e não se explica nada. Faz-se uma concorrência pública, onde se coloca um requisito, onde apenas quatro empresas paranaenses podem participar da licitação, da concorrência. E aí, essas quatro empresas montam um belo escritório e sublocam para pequenas empreiteiras e aí vejo o Governador, Deputado Dobrandino, na televisão, convocando todas as empresas para virem ao Paraná! Claro, têm que vir ao Paraná mesmo, para pegar a sublocação dessas empresas que foram beneficiadas com essa concorrência! Só falta ele dar o endereço das empresas que ganharam - não dirijam-se ao DER, dirijam-se às empresas que foram beneficiadas.

Outra questão: onde está o pedágio de manutenção que iria ser instalado?

A grande verdade é a seguinte: um governante tem que aprender que o que ele fala, ele tem que fazer! Promessa, não podemos mais usar; temos que usar compromisso de palavra.

Naquele dia em que estive aqui o Diretor do DER, ele foi questionado se tinha uma planilha do pedágio de manutenção. Naquele dia, começamos a observar que era uma farsa do Governo, porque o Diretor do DER disse-nos - está nas notas taquigráficas - que ainda não havia uma planilha para se fazer um estudo do custo do pedágio de manutenção. Naquele dia, eu disse a Deputados que estavam do meu lado: isso é uma brincadeira, uma farsa! Como alguém vai implantar, dentro de poucos meses, o

pedágio de manutenção e não tem uma planilha de custo para justificar aqui a este Plenário?

Então, neste momento estamos gastando uma fortuna para trabalharmos com o “Governo virtual”. Se desligar a televisão, termina o Governo! Acabam os quatro mil quilômetros de estrada! E como são bonitos aqueles negocinhos pretos no Paraná passando e se fosse só aquilo, não tenha certeza que o mapa já estaria preto. Mas, se formos colocar aquelas faixinhas pretas nas rodovias que já foram executadas, você não vai ver preto, você vai ver verde, verde mesmo, porque não foi feito!

O maior exemplo está nessa rodovia que liga Foz do Areia/Pinhão e o Município de Bituruna: fizeram sete quilômetros e colocaram 47!

Por essas razões é que vimos aqui trazer uma grande preocupação, para não dizer duas, Deputado Neivo.

Primeiro, a questão da mídia. O atual Governo não tem mais o direito de criticar o Governo anterior, porque está enlameando na propaganda enganosa com 120 milhões dos paranaenses. Segundo, nos causa estranheza, e conto com virtude, isso que me preocupa, uma parceria com a PETROBRAS, e por trás dessa parceria está essa licitação, em que apenas quatro empresas participaram e ganharam essa concorrência de 180 milhões e que agora estão sublocando a outras empresas no Paraná.

Concedo um aparte, inicialmente, ao Deputado Dobrandino. Só gostaria de registrar que temos três minutos e que se fosse possível um aparte breve para eu poder encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Agradeço a V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, pela gentileza deste aparte.

O meu aparte, Deputado Valdir Rossoni, imagino que vai contribuir com o seu pronunciamento. V. Exa. já foi Prefeito da sua cidade, e eu já fui Prefeito de Foz do Iguaçu, e V. Exa. sabe que obras públicas têm que ter concorrência pública. Eu conversava há poucos dias - sem querer defender aqui o Secretário dos Transportes, e ele se queixando de uma obra que não foi feita ainda no Norte do Paraná, em função do quê? Abriram a concorrência e uma empresa, desconhecida e pequena, fez uma proposta, colocando 30% a menos das demais propostas, abaixo do preço. E claro que com essa proposta tinha que ganhar, mas simplesmente a empresa não existia, não tinha nada; apenas veio depois com um monte de papel na mão, querendo cobrar das outras para desistir da proposta! Então, é claro que isso acaba, muitas vezes, Deputado Valdir Rossoni, prejudicando as obras do Governo naquilo que tange às concorrências públicas.

Eu ia falar sobre o Governo virtual, mas vou deixar para depois. Quero responder-lhe isso, embora respeitando, como sempre, disse a V. Exa. que não se pode comparar um Governo que está fazendo, com outro que anunciava, mas não fazia.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Até porque V. Exa. falou da PETROBRAS, uma empresa que eu conheço por dentro...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, cuidado!

O Sr. Natálio Stica (PT)

...porque fui petroleiro e posso afirmar aqui de público que é uma empresa séria, tocada por pessoas sérias e que tem ajudado este nosso País. E aliás, quero dizer que fui eu quem fez o primeiro contato para trazer o Diretor Moro, da PETROBRAS, aqui, e tenho orgulho de dizer que fechamos dois mil quilômetros de estradas, de parceria, e mais dois mil com rodovias urbanas, estradas urbanas.

Mas, queria lhe dizer dessa licitação. Sessenta empresas compraram edital para concorrência. Sessenta! Portanto, não ficou limitado a quatro. Das sessenta, doze pagaram a caução. E dessas doze, aí no processo licitatório, lícito, foram escolhidas, então, as três ou quatro empresas, que são as que vão tocar as obras do Estado do Paraná. Portanto, não posso, primeiro, ver aqui o senhor falar de uma suposta enganação no processo licitatório feita pelo Governador Requião, que é uma pessoa que tem agido com seriedade, cobrando, inclusive, as propostas de seriedade no Governo que ele está fazendo. Segundo, não posso admitir que o nome de uma empresa como a PETROBRAS leve qualquer suspeição, aqui, neste Plenário. Cada vez que tiver uma suspeição em cima da PETROBRAS, estarei aqui de plantão para defendê-la porque a conheço e a conheço por dentro.

Por último, dizer que a tabela de preço dessas obras todas, 25% mais barato do que do último Governo do qual o senhor foi o líder.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Está confirmado, pelas palavras do Deputado Stica: sessenta compraram, doze habilitaram-se, quatro ganharam. Quer dizer, está liquidada a fatura. O que eu falei aqui é uma verdade, apesar de não ter recebido as informações da Secretaria dos Transportes.

Não sei por que, desculpe-me, estou encerrando aqui, a Presidência me deu mais um minuto, tenho apenas trinta segundos, senão lhe daria, com todo prazer, porque acredito que este debate esclarece muitas questões. Encerro aqui o meu pronunciamento. De repente, V. Exa. poderá fazer aqui o uso do horário do PT e eu posso pedir aparte. Gostaria de dizer que lhe darei aparte na próxima oportunidade.

Agradeço o aparte do Deputado Stica: está confirmado que apenas quatro empresa ganharam a licitação do DER, das estradas que estão sendo recuperadas, porque há um requisito que as outras não podem cumprir, res-

tringe a sua participação e isto deixa uma grande dúvida no ar.

Tenho grande respeito pelo Secretário dos Transportes. Ele que abra o olho, porque há alguém dentro da Secretaria que pode estar induzindo-o a erro por esta razão, Deputado Dobrandino, faço um alerta aos Srs. Parlamentares que são sérios, coerentes, para que possamos corrigir e dar oportunidade a todas as empresas que queiram participar da construção do bem do Paraná como o Governador está convocando.

Obrigado

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PMDB com a palavra.

Deputado José Maria Ferreira.

Liderança do PMDB: José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A democracia é um processo extremamente importante, porque através dele, quando usado com fidelidade, responsabilidade e seriedade, nós conseguimos colocar as idéias em confronto.

O eminente Deputado Valdir Rossoni, Líder da Bancada de Oposição, usou o horário do seu Partido e o da Oposição, inclusive usando desta tribuna, porque disse que no passado Deputados de Oposição, usavam deste espaço para esbravejar, acusar e condenar o governo de então.

Para isto, o nobre Deputado usou como alavanca do seu discurso, os gastos de propaganda do atual Governo. Evidentemente que aqueles que nos vêm neste momento e que nos acompanham, se não tivessem o registro da história, iriam achar que o Deputado Valdir Rossoni está repleto de razão.

Mas e por que o Governo Roberto Requião deve ser comparado? Deve ser comparado nos anos 95/96/97/98, em que foram gastos 476 milhões de reais com recursos só em propaganda. Se atualizarmos os 476 milhões, trazê-los para a moeda de hoje, alça a quase um bilhão e duzentos milhões de reais. E mais, só foram contados, só foram informados, deste valor, em quatro rubricas do Orçamento, da despesa - da SANEPAR, da COPEL, do BANESTADO e da Secretaria da Comunicação Social. Não sou eu que estou dizendo, não; é um processo que está no Tribunal Regional Eleitoral em que o então Secretário, Jaime Lechinski, foi obrigado a informar e dando o valor das quatro contas.

Agora, vamos comparar, os dois anos que se passaram do Governador Roberto Requião, do ano 2003 e 2001. O Governo Roberto Requião gastou quarenta milhões e aí compara-se com o que gastou Lerner. Ora, quando se vê o Deputado Rossoni, com a sua verve, com a sua afirmação que transforma o discurso na verdade, precisa ter o reparo da História e dos fatos.

Se não fosse só por isso, no ano de 2002, último ano do Governo Lerner, foram gastos 86 milhões de reais. No primeiro ano deu uma média de cem milhões por ano. O Governador Roberto Requião gastou vinte milhões nos anos de 2003 e 2004. Evidentemente que tendo recuperado as finanças do Estado, em tendo um cabedal de obras, ele tem a obrigação de divulgar, de fazer ciente o povo do Paraná, até para que nossa população saiba, Sra. Presidente, onde o Governo está colocando os recursos públicos arrecadados de impostos.

O que faltou dizer aqui, Deputado Plauto Miró, é que foram gastos 86 milhões de dólares nos anos de 1996/1997, nos famigerados Jogos Mundiais da Natureza. Não vi ninguém, em nenhum minuto, a não ser os dez Parlamentares da Oposição, naquele momento, levantar sequer uma questão de análise de como o Governo estava gastando!

A venda do BANESTADO, por um bilhão, 625 milhões, dos quais onze milhões foram de taxa de administração, sobrando ao Estado do Paraná um bilhão e 614 milhões, dos quais foi um empréstimo do Banco Central de cinco bilhões e 197 milhões.

É sobre isto, Deputado Plauto Miró Guimarães, é sobre este comparativo que eu gostaria de ver o Governo de então com o Governo de Roberto Requião! Erros e falhas existem, mas o mérito tem que ser dado!

Gostaria de saber como a SANEPAR foi entregue a um grupo de empresários inidôneos - não sou eu quem digo porque aí está, é a Justiça - onde foi transacionado 39,6 de suas ações e aquele grupo mandou por quatro ou cinco anos.

Deputado Plauto, assim que eu completar o meu pensamento terei prazer em ceder-lhe o aparte e tenho certeza que V. Exa. irá abrilhantá-lo.

A COPEL, não fosse a firmeza do Governo Roberto Requião, seria hoje uma empresa tendente a insolvência, porque 320 milhões de dólares teriam ido pelo ralo nesses anos, só num contrato feito pelo Governo, do Sr. Jaime Lerner, do qual eu fui um dos que visitava, constantemente, esta tribuna, para condenar, não o Governador - nunca tive nada pessoal contra ele - mas a atitude do seu Governo. A CIEN, 320 milhões de dólares! Ou a Tradener, aqui inicialmente denunciada pelo nosso companheiro Marcos Isfer, onde tinha ali, só para intermediar, sem nenhuma responsabilidade, essa intermediação, era puro aferimento de lucros, uma empresa de cinco mil reais. Deputado Barbosa Neto, V. Exa. não estava nesta Casa, mas não dava para comprar um Fusquinha 94, e era a empresa que transacionava, junto ao Governo do Estado, junto à COPEL e fazia as vendas! No primeiro ano foram 120 milhões de lucro, com um capital de cinco mil reais! Qualquer botequinho da esquina ali da Cidade Industrial poderia ter montado essa empresa, se fosse amigo do Governador ou daqueles que governavam à época.

Deputado Scarpellini, é sobre isso que gostaria de fazer a comparação da firmeza e da coerência.

Temos o pedágio e o Governador tem, sim, uma palavra hipotecada, mas nunca podemos dizer, em nenhum momento, que o Governador deixou de trabalhar e de lutar para que o pedágio fosse removido da condição que está. Quem é responsável? Temos que buscar e imputar a responsabilidade a quem deve! É o Governo de hoje ou foi o Governo de então que estabeleceu um contrato leonino, no qual só tem direito à vantagem a concessionária e o Estado, e quem o Governo de então deveria de lutar pelo interesse público, não o fez! E sabe o que tinha nesses contratos da CIEN, do BANESTADO, da COPEL, da SANEPAR?

Uma cláusula de confidencialidade, Deputado Braddock, que permitia que ficasse em segredo toda a maracutaia! Veja bem a dificuldade que temos hoje: no passado, não teve critério! Se antes fui um dos que critiquei e tive lucidez para isso, hoje também tenho condições de dizer que a comparação entre um Governo e uma atitude de responsabilidade é muito diferente!

Passa a usar o Horário da Liderança do Governo

Uso o Horário da Liderança do Governo e agradeço ao Líder do Governo a concessão do tempo.

Ouvimos falar muito em algo que se chama responsabilidade social. Não estamos responsabilizando civil e criminalmente quem toma atitudes em desatino às finanças públicas. Deputado Ademir Bier, Deputado Dobrandino, Deputado Elio Rusch, Deputado Elton Welter, Deputado Reni Pereira, V. Exas. conhecem qual é a situação das marinas e de toda aquela infra-estrutura que foi criada naquela propaganda feita no "New York Times" para divulgar os Jogos Mundiais da Natureza. Deu em quê? Em obras paralisadas!

Deputado Neivo Beraldin, ao final dos oito anos da administração Lerner o Tribunal de Contas do Estado do Paraná emitiu um relatório onde tinham 1088 obras paralisadas do Estado ou em convênios entre os Municípios e o Governo do Estado! Enquanto não fizermos uma lei que seja dura, firme, que responsabilize àqueles que gerem mau Estado, vamos ter continuções de Governo como esse, se não tivermos uma Assembléia firme!

As críticas são importantes e a oportunidade de fazê-las e de torná-las públicas com a imprensa é muito salutar para sociedade e para a vida pública.

Se tivéssemos condições de ter conhecido contratos da SANEPAR, da COPEL, da Tradener, da CIEN; se tivéssemos tido condições antecipadamente, de conhecer os contratos de aquisição dos equipamentos do Porto de Paranaguá certamente hoje não estaríamos pagando o custo e ônus de uma administração malfadada.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró e depois, ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço a oportunidade e vejo que, infelizmente, vocês continuam com o discurso do passado. No ano que vem, acaba o Governo de vocês. Uma nova eleição terá. Na minha linha de pensamento e as pesquisas que eu vejo serem feitas nos Municípios paranaenses, mostram que o novo Governador está vindo.

Aproveito a televisão. Tenho certeza que o Secretário da Comunicação Social está nos vendo neste momento. Ele que passe a informação de quanto o primeiro Governo Roberto Requião gastou em comunicação social. Quero lembrar, com o dinheiro corrigido, de hoje: 780 milhões de reais foram gastos de 91 a 94. Peça para eles as informações! Ele deve ter, nos históricos da Secretaria, para lhe mostrar esses números.

Quero lhe perguntar sobre o dinheiro do Banco Santos, que a COPEL colocou e perdeu o dinheiro da nossa Companhia de Energia. Quero lhe perguntar da ELEJOR. Quero lhe perguntar da soja, que sumiu do Porto de Paranaguá e outras tantas promessas, compromissos e ações que foram feitos e que ficaram no ar. A população acabou não sabendo exatamente o que foi que aconteceu. A vontade de pegar o nosso dinheiro, dinheiro público, dos cofres do Governo do Estado do Paraná, arrumar as rodovias estaduais, construir uma praça de pedágio para cobrar de nós, paranaenses usuários, pedágio nessas rodovias estaduais que vão ser arrumadas com dinheiro público!

Então, é um discurso de um jeito! Caiam na realidade! Está acabando o Governo de vocês, mostrem o que vão fazer e chega de falar do passado!

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu agradeço o aparte.

Só para responder ao Deputado Plauto Miró, com muito prazer, eu esperava que V. Exa. viesse abrilhantar o meu discurso com números, dados e informações concretas, mas vejo que V. Exa. faz apologia do que fez.

A soja - teve uma CPI desta Casa, no Porto, a Oposição tem maioria. Entendo que se efetivamente algo deveria ter sido apurado, nesta Comissão foi apurado. Agora, isto foi devidamente explicado e tomem as medidas. Tenho certeza que o Governador Requião não tem nenhuma responsabilidade nisso e se a tiver alguns dos seus assessores, não tenha dúvida, o Governo saberá tomar as medidas.

Com relação à ELEJOR ou mesmo ao dinheiro do Bando Santos, a COPEL não perdeu nada! Traga os valores! Com relação ao quanto gastou o primeiro Governo Roberto Requião, é só ir buscar no Tribunal de Contas! A Assembléia tem expediente e V. Exa. hoje é fiscal do Governo, porque está na Oposição. Solicite à Inspeção do Tribunal de Contas, que não precisa nem esperar, mas eu vou solicitar aqui, no Horário da Liderança do Governo, que o Secretário encaminha.

Ele o fará, porque as diferenças dos valores serão muito diferentes. Serão gritantes, porque por tradição, o Governador Requião nunca gastou com propaganda, diferente do que gastou o Governador Jaime Lerner. É só olhar o festival de televisão, jornais e rádios, e em falar nisso o Deputado Neivo Beraldin tem uma lista de todos, porque solicitou e eu tenho uma cópia dela. Na próxima Sessão poderei ter o prazer e o privilégio de trazê-la aqui, porque está pronta, nos meus arquivos, no gabinete, mas ainda distribuo a cada um, a quem recebeu e a quem deixou de receber.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Ao Neivo Beraldin, pela preferência e depois a V. Exa.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado José Maria, eu solicitei aparte, mais para dizer que é um grande momento que esta Casa vive, quando V. Exa. faz um pronunciamento no dia de hoje. É necessário e fundamental que o Parlamentar suba à tribuna com números e dados. E V. Exa. não mente quando fala que o Governo passado gastou 2,5% do que arrecadou, em publicidade e propaganda. Pesquisamos São Paulo, que gastou 10,06%. Pesquisamos a Bahia, que gastou menos de 1%.

Concordo em gênero, número e grau. O Governo passado, sinceramente, nos deixou uma marca que jamais o Estado do Paraná viveu. Sem contarmos a BANESTADO, 50 milhões de reais por mês, com a última prestação vencendo em março/2009; e tabela SELIC; sem contarmos a Justiça de Alagoas, onde temos 170 milhões, que eu não sei o que este Governo está fazendo que não está agindo para cobrar os seus 170 milhões, sendo que se nós dormirmos mais um pouco, nós vamos perder este dinheiro.

Basicamente, Deputado José Maria, sem querer pender nem para este nem para aquele lado, é preciso que o Poder Legislativo se faça valer. Não é possível que tenha passado diante dos nossos olhos - e nós combatemos juntos o bom combate, os Jogos Mundiais da Natureza - não é possível que tenha passado diante dos nossos olhos e do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado, que o Banco do Estado, um Banco Público, não tenha tornado público o seu balanço 97/98...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

E V. Exa sabe o motivo. Eu também sei!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Pois é.

Então, quero saudar, neste momento, a virtude do legislador, a virtude do fiscal do dinheiro público, que é para isto que fomos eleitos, para aqui discutirmos orça-

mento, aprovação da despesa com publicidade e propaganda, dinheiro jogado no lixo. Eu tive o cuidado de fazer uma análise da despesa, publicidade e propaganda, que só no Governo passado - e neste, nossa equipe está fiscalizando, também, trabalhando diariamente...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

E deve!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

E deve!

Então, no momento oportuno vamos revelar. Por isso pregamos aqui a independência, mas nós comparamos Guarapuava e Cascavel, publicidade e propaganda.

Há aqui, um jornal, em Pinhais, chamado Diário do Estado. Alguém conhece? E as rádios?

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Nós fazíamos uma comparação e eu peço a aquiescência do Sr. Presidente só para concluir este pensamento. Depois nós encerramos.

Na época, governava o Paraná o Sr. Jaime Lerner. Aqui está a Bancada de apoio do Governador Jaime Lerner: São Paulo era governado por Mário Covas. Enquanto nós gastávamos, na época em dólar, cem milhões de dólares/ano, em propaganda; em São Paulo com cinco vezes mais arrecadação do que o Estado do Paraná, gastava-se vinte milhões: 1/5 do que gastava o Paraná. Concedo aparte a V. Exa. Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Rapidamente, porque não quero tomar toda a liberdade de V. Exa.

Primeiro item: o que me causa indignação é o posicionamento do Deputado Neivo. Morava dentro do Palácio Iguaçu, do lado do Jaime Lerner. Segundo: foi o homem que implantou o pedágio no Paraná, porque foi ele quem apresentou a Lei de Concessões, neste Estado.

Por isso, saúdo o Deputado Neivo Beraldin, pelo seu pronunciamento. Terceiro: quando V. Exa. diz que a COPEL não teve prejuízo, só quero dizer que houve uma ordem da Diretoria da COPEL, que a Fundação COPEL mantivesse os recursos no Banco Santos, quando o mundo inteiro sabia que o Banco Santos estava falindo. Só para corrigir esta questão que é um posicionamento oficial que temos, como informação.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Dez segundos para mim, somente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Comprometo-me a usar esta tribuna na próxima Sessão e conceder um aparte a V. Exa.

Muito obrigado!

(Conversas paralelas)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, indicação nº 013/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando ao Poder Executivo envio de mensagem que conceda Vale-Refeição e Vale-Transporte aos Policiais Militares na forma que menciona. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Deputados Miltinho Pupio e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Natálio Stica, Antonio Anibelli e Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Natálio Stica, Antonio Anibelli e Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 995, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se deste Poder no dia 29.04.2005 em viagem a Brasília acompanhando prefeitos da região dos Campos Gerais, bem como representando este Poder em audiência com o Ministro do Planejamento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1024, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se deste Poder para viajar a Pernambuco no dia 28.04.2005, onde participará do Seminário que possui como tema: "Políticas Públicas para a Educação Infantil". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente.

Estamos desde dezembro do ano passado com uma CPI apresentada nesta Casa, que é a CPI do FDE.

Indago a V. Exa. em Questão de Ordem, quando é que V. Exa. ou a Mesa instalará essa CPI, para que se comece fazer o trabalho?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será encaminhada ao Presidente Hermas Brandão, para que ele faça a indicação.

Votação em 2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, COM SUBSTITUTIVO GERAL. PARECER FAVORÁVEL COPTC, COM SUBSTITUTIVO GERAL. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 723/2003

Art. 1º Fica proibida a Campanha Paranaense de Energia Elétrica - COPEL quando da suspensão do fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais inadimplentes, de retirar o relógio/medidor, bem como de efetuar o corte do respectivo serviço na rede (calçada, poste, via pública), devendo o mesmo acontecer somente no próprio medidor, exceto quando houver ocorrido fraude.

Art. 2º Fica proibido, também, que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, aplique

cobrança de multa punitiva, taxa de religação do serviço ou quaisquer outros valores aos consumidores residenciais para efeito de reativação do fornecimento de energia suspenso em virtude de inadimplência, exceto por prazo igual ou superior a 90 dias transcorridos de sua suspensão.

Art. 3º A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, deverá, através de campanha de Utilidade Pública, informar com clareza as normas de suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores em inadimplência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) FRANCISCO BÜHRER

Apoiamento:

Barbosa Neto, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Artagnão Júnior, Nereu Moura, Ailton Araújo, Elio Rusch e um ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 723/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Francisco Bühler, dispõe sobre a proibição de interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná, nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições.

Fundamentação

Após receber parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição foi encaminhada para a Comissão de Obras Públicas, que apresentou parecer favorável com emenda. Na 2ª Discussão, o projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, do próprio autor, Deputado Francisco Bühler.

Conclusão

Chamada para opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional na emenda apresentada e apresenta parecer favorável para a mesma.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoiamento:

Luiz Accorsi, José Maria Ferreira, Reni Pereira, Ailton Araújo e Barbosa Neto.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1025, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do

expediente, solicitando preferência de votação para a Emenda Substitutiva Geral de Plenário. **Aprovado.**

Tendo em vista a aprovação do Substitutivo, os demais estão prejudicados. Está em votação o Substitutivo Geral de Plenário.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, só gostaria de dizer que este projeto vem ao encontro dos interesses da nossa sociedade, principalmente das pessoas mais carentes do Estado do Paraná. Um projeto de mesmo teor, proposto pela nossa pessoa, já foi aprovado, votado por este Plenário e sancionado pelo Governo do Estado com relação à SANEPAR.

Então, o substitutivo geral do projeto de lei vem atender aos interesses da nossa comunidade mais carente, como frisei, e para votar o projeto na questão mais original prevista: a única coisa que não existia no projeto original, exceto quando houver ocorrido fraude.

Então, ele vem fazer com que esse projeto seja mais completo. Tenho certeza que vai atender em parte, podemos dizer assim, à nossa comunidade mais carente do nosso Estado.

A COPEL, com trinta dias, já faz o corte de energia elétrica e com esse projeto aprovado, as pessoas têm um tempo de até noventa dias para pagar. Isto serve àqueles pessoas que, hoje, têm dificuldade maior, que estão desempregadas, que não têm seu dinheirinho para fazer o pagamento da sua conta de luz, poderem ter um prazo um pouco maior e não serem prejudicadas no fornecimento de energia elétrica.

Então, peço aprovação e peço aos demais companheiros a aprovação dessa Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei 723/2003.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação o Projeto. **Aprovado.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 046/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Colombo I e II e Jardim Independência, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23.02.2005).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 101/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Céu da Nova Vida, com sede e foro no Município de Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14.03.2005).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/2004, que estabelece os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA SUBEMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, sobre a discussão deste projeto, para que não tenhamos mais um grande equívoco como houve na última sessão - inclusive eu me equivoquei -, o projeto já está aprovado.

Nós podemos encaminhar a votação das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Somente as emendas em 2ª Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Era isso, Sr. Presidente.

Então, vamos encaminhar as Emendas em 2ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação as Emendas. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovadas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, pela ordem.

O senhor votou o projeto ou as emendas agora?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

As emendas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Então queremos encaminhar as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu me antecipei inclusive colocando para V. Exa. que o projeto nós não teríamos porque já está votado, mas gostaríamos de encaminhar as Emendas.

Coloquei para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Senhor poderá encaminhar as emendas.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem. V. Exa. já falou o resultado aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Rossoni havia pedido o encaminhamento das emendas.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Quando o senhor coloca em votação, aprovado, então não estou entendendo. Sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

É que ele havia feito a solicitação, Deputado Neivo, com antecedência. A assessoria não me alertou a tempo. Mas, o Deputado Rossoni havia feito o pedido: tem dez minutos para encaminhar as emendas.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Acho que já Inês é morta, porque o senhor colocou em votação as emendas. Foi votado e aprovado. Não cabe aí encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, o Deputado havia feito a solicitação. Ele se antecipou ao encaminhamento da votação e fez o pedido para encaminhamento das emendas.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Mas, Sr. Presidente, o senhor colocou em votação e houve a aprovação. Não cabe o encaminhamento mais, a matéria já está vencida. Não tem condição de voltar atrás!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem dez minutos para encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentá-lo pela maneira serena com que V. Exa. tem conduzido os trabalhos nesta Casa. Na verdade, não é fácil presidir uma Sessão na qual Deputados do Governo, experientes, competentes, procuram não deixar discutir o projeto.

Nós vamos, sim, discutir as emendas porque o projeto já está aprovado. Vamos discuti-las porque nós somos contra esse projeto. E a maneira, Sr. Presidente que nós temos, e foi por isso que nós resguardamos o direito de discutir as emendas foi que, só há uma maneira de a Oposição colocar a sua posição quanto a este projeto.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Após o encaminhamento, já que o senhor vai autorizar o encaminhamento, o senhor vai retornar à votação?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós vamos colocar em votação a emenda. Ela está sendo encaminhada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, entendo a posição do Deputado Bier, mas na verdade o projeto, ressalvados as emendas.

Agora nós vamos votar as emendas.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Nós já votamos as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Agora está em 2ª Discussão.

Vamos votar as emendas, para depois, a Redação Final delas.

É isso, Sr. Presidente? Não quero cometer um equívoco.

Sr. Presidente, estou em condições de encaminhar aqui, porque cada vez que quero encaminhar um projeto ou uma questão, há um acirramento de nervos. Não sei por que razão. Sabemos que vamos perder a votação. A única questão é que temos o direito democrático de mostrar à população paranaense, que somos contra autorizar o Governo a contratar servidores sem concurso público. Por que razão?

Quero ater-me ao artigo 2º, Srs. Parlamentares de Oposição, que diz: “considera-se como de excepcional interesse público, as contratações por tempo determinado que visam atender a situações.” Diz o artigo 4º: “atender às necessidades relacionadas com a infra-estrutura”. O que é infra-estrutura, para este Parlamentar? Infra-estrutura para este Parlamentar é a questão das estradas, ruas, em casos de grandes chuvas. O DER tem servidores para executar esses trabalhos.

Por esta razão estamos pedindo aos Srs. Deputados, que votem contra esta emenda. É muito importante que deixemos aqui registrado, que os Deputados de Oposição continuam em posição de obstrução a esta votação.

Na última votação, na quarta-feira, se não me falha a memória, estivemos aqui, Deputado Elio Rusch, em obstrução a esta votação, porque achamos que esse projeto de lei complementar é muito abrangente para ser autorizado ao Governo do Estado. Por esta razão, pedimos a supressão de algumas questões, que estão sendo aprovadas, que não se fazem necessárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos autorizando o Governo a contratar ao seu bel-prazer, a hora em que ele bem entender, funcionários públicos sem concurso público.

Por esta razão, tenho quase certeza - vou consultar a minha assessoria jurídica e vamos fazer um estudo, se cabe uma Ação de inconstitucionalidade, porque achamos que esta lei complementar é inconstitucional. Não podemos dar um cheque em branco, uma autorização em branco. Esta Casa jamais se furtaria, Srs. Depu-

tados, no caso de acontecer uma calamidade pública, uma questão de emergência, se o Governador, a Oposição assume esse compromisso de encaminhar a esta Casa um projeto de lei complementar, pedindo autorização para determinada questão que surgiu sem estarmos esperando. A Oposição assume o compromisso que nós votaremos favorável.

O que não podemos, não queremos e vamos lutar, aqui, tentar encaminhar essas emendas, para ver se conseguimos, através do convencimento, fazer com que os Srs. Parlamentares votem contra essa posição de querer autorizar o Governo a contratar servidores públicos sem concurso. É de fundamental importância, para deixarmos claro aos Srs. Deputados, que nós, em caso de emergência, os Deputados de Oposição votariam o projeto aqui o mais breve possível, para autorizar o Governo a resolver a questão de emergência. Agora, não podemos autorizar o Governo a fazer contratações a seu bel-prazer, aleatoriamente. Por que razão?

Porque todo paranaense, o cidadão brasileiro tem direito de participar da oportunidade de trabalhar no serviço público. Quantos paranaenses neste momento estão andando pelas ruas do Paraná, procurando encontrar um emprego? E aí o Estado, que teria que trazer esse benefício em gerar empregos, está retirando a oportunidade do trabalhador paranaense, de participar do concurso público! Ou V. Exas. acham que o cidadão comum, que mora lá no bairro, será lembrado na hora em que forem feitas as contratações, que estamos autorizando sem concurso público?

Jamais esse cidadão vai ser lembrado!

Por isso, além de causar revolta aos paranaenses, é pela primeira vez na história do Paraná que estamos autorizando um Governo a contratar servidores sem concurso público! Vamos contratar os compadres, as comadres, os parentes, os vizinhos, os amigos, todos aqueles que estiverem próximos do rei e aquele cidadão que não teve essa mesma oportunidade de estar ao lado do rei, não vai ter emprego, porque não terá concurso público, que é algo de mais legítimo que existe neste País!

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação a emenda.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que realmente me assusta nesta autorização que a Assembléia Legislativa do Paraná está dando ao Executivo, realmente é que é uma autorização que dá um cheque em branco em um ano de eleição. Nós, que já vimos aí Prefeitos no Paraná terem sido cassados inclusive depois da posse, estamos dando ao Governador do Paraná autorização para contratar a bel-prazer do Executivo quem bem entender e aonde bem queira, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gente que pode ser desqualificada para

certos tipos de atividades aqui enumeradas, aqui relacionadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qual é o tipo de pesquisa que estamos autorizando aqui na Assembleia Legislativa do Paraná a ser executada no ano que vem? É uma pesquisa científica, é uma pesquisa de campo, uma pesquisa de informação, ou também pode ser uma pesquisa eleitoral? Estamos autorizando aqui a se fazer contratação de pesquisas, e no entanto, essas pesquisas não dizem se é uma pesquisa de laboratório, ilustre Deputado, ou é uma pesquisa de campo, ou é uma pesquisa de terra.

Sabe Deus se não estamos autorizando a contratação de minhoqueiros para pesquisar minhocas no ano que vem, que é um ano eleitoral. Não se sabe exatamente qual a relação de trabalho que estamos dando aqui para que o Governo do Estado, amanhã ou depois, possa vir a contratar o seu pessoal ou aqueles que entender que sejam melhores para a pesquisa no campo, vegetal, animal, terrestre ou aéreo, porque não estão especificando aqui o que é realmente a autorização dessa pesquisa!

Sabe Deus se não pode ser até uma pesquisa eleitoral, uma pesquisa que venha atender aos interesses do Governo, por se tratar de um ano de eleições, e que nós sabemos que em eleições nós vamos ver até boi voar ainda, neste Paraná de meu Deus! Aqui estamos autorizando a contratar pessoal para realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais! Ora, se as rodovias vão passar pelas reformas de oitocentos milhões de reais, se é o maior programa de recuperação de rodovias, quais são as emergências que vamos ter nessas rodovias? Está se gastando para a recuperação das rodovias no Paraná mais do que se gasta em Minas, em São Paulo, para fazer rodovias novas, porque aqui vai custar duzentos mil reais o quilômetro e em São Paulo, em Minas Gerais, em Goiás, em Tocantins, os orçamentos para o mesmo tipo de rodovia, de pavimento que temos aqui, para se fazer uma rodovia nova custa em torno de cento e quarenta mil reais.

Realmente estou vendo aqui que as atividades são as mais amplas possíveis com relação à autorização que aqui estamos dando. E esta Casa, Deputado Barbosa Neto, está de joelhos, silenciosa, quieta, votando, quem sabe, a lâmina que vai separar a cabeça do corpo, porque depois de decapitado, o corpo se separa da cabeça e nada mais resta a um e nem ao outro. Estamos dando ao Chefe do Poder Executivo para que faça o que bem entender a sua consciência. E o Deputado Barbosa Neto que está solitário aqui no PDT, porque o PDT que está se arvorando como Partido de Oposição no Paraná, lançando inclusive candidato a Governador em oposição ao Governo que aí está. Neste caso só tem um Deputado aqui votando contra este projeto, estas emendas do Governo do Estado. O Deputado Barbosa Neto vota com a Oposição e os outros dois Deputados, Neivo Beraldin e Augustinho Zucchi, votam com o Governo.

Realmente fica difícil de se entender o que é que está ocorrendo no Paraná, porque o PDT tem um candi-

dato ao Governo do Estado e no entanto a sua Bancada, a maioria aqui, está votando a favor do Governo, contra os interesses da moralidade, vamos dizer assim, porque esta autorização dada aqui ao Governo do Paraná vai permitir que nós coloquemos na mão do Governador e do Executivo uma metralhadora contra os interesses do povo do Paraná, porque, pelo que aqui está, estou na emenda que desautoriza o Governo a fazer as contratações mais absurdas, e eu gostaria de dirigir-me ao Sr. Presidente, que o Deputado Hermes, se quiser usar da palavra, não pode ficar aqui no discurso paralelo, fazendo cochicho, porque a minha mãe dizia que quem cochicha o rabo espicha, Deputado, e vamos vivendo e aprendendo e então é perigoso o tal do cochicho, porque no cochicho você fala, a taquigrafia não anota, depois acontece alguma coisa, vão dizer: aconteceu o quê e por que foi que aconteceu?

Estamos aqui tratando de um assunto muito sério, e eu não quero chegar aqui, daqui a um ano, dois anos e ser cobrado por omissão. Amanhã ou depois o TRE, a Justiça Eleitoral vem e vai querer responsabilizar alguém - não, mas estas contratações de pesquisas estavam autorizadas pela Assembleia. Quero que se coloque aqui, Deputado Hermes Fonseca, que essas autorizações não foram com o meu voto, porque se eu fizesse aqui um pronunciamento defendendo...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já se esgotou.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mais um minuto, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não é possível. No encaminhamento das emendas são dez minutos, improrrogáveis.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas o senhor deixou o Deputado Rossoni concluir...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não, nós não autorizamos. No encaminhamento da emenda não é possível prorrogação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Para Enca-**
minhar)

Sr. Presidente, eu estava aqui acompanhando a defesa do Deputado Scarpellini e não interferi e nem pedi, que era regimental, para que a Presidência solicitasse ao orador que circunscrevesse a emenda, porque o que estamos votando neste momento não é o Projeto 485, são as Emendas 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, Deputado Scarpellini e elas não tratam daquilo que V. Exa. discursou que era de contratação, que era de pesquisa. Muito pelo contrário,

essas emendas, Sr. Presidente, tratam, sim, de assegurar, por exemplo, que a lei, correção de redação, que passe a vigorar com a seguinte redação, atender ao suprimento dos docentes, de funcionários de escola da rede estadual de ensino e nas instituições estaduais de ensino superior, nas hipóteses previstas nesta lei, questão de emergência - é de substituição quando uma professora que tem a cátedra tiver um problema de afastamento. Não é contratação a bel-prazer de contratar parentes, contratar o vizinho, contratar o compadre, nada disso! Isso tudo é para o externo.

O que nós estamos votando aqui, Sr. Presidente, e esta Mesa podia ter interrompido a qualquer momento esse tipo de discurso que não serve para o processo legislativo. Serve, sim, àquele que busca apenas o papel externo. Nós tivemos outra oportunidade de fazer isso, e hoje nós estamos votando os funcionários das escolas. É a Emenda nº 03, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias excepcionais do interesse público. Adite-se: sem redução da remuneração. Nós estamos assegurando aqui, nesta Emenda, Deputado Scarpellini, e acho que V. Exa. não é contrário, é que o funcionários admitido nessas condições não tenha redução de remuneração, que ganhe igual àquele que está titulado.

A Emenda 4: Modifique-se o artigo 18 para que passe a vigorar com a seguinte redação: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á assegurando-se o pagamento de verbas rescisórias, em especial o 13º. Será que o Deputado que encaminhou esta votação é contrário a esta Emenda? O encaminhamento foi contrário!

Por isso é que estamos fazendo um discurso e uma outra votação, por isso é que se observa aqui que reporta-se algo e vota-se outro. A emenda que estamos votando e que V. Exa. põe sob apreciação é para que o artigo 18 passe a vigorar com a seguinte redação: A extinção do contrato por iniciativa do órgão ou entidade contratante decorrente da conveniência administrativa desde que cessada a necessidade que motivou a contratação importará, no pagamento ao contratado da indenização correspondente à metade do que caberia até o término do contrato.

São direitos, Deputado Scarpellini, que estão sendo assegurados àqueles que forem contratados por prazo determinado, e que por uma ou outra razão não mais necessitando dos préstimos desse trabalhador, o Estado se responsabiliza a pagar metade do contrato ainda a vencer! Conhecendo o Deputado Scarpellini, homem que luta sempre pelas causas dos menos favorecidos, não acredito que V. Exa. seja contrário. Será que é? Não acredito! Então qual foi o encaminhamento do Deputado Scarpellini, nesta tarde? Inócuo!

Nós estamos aqui, Srs. Deputados, encaminhando uma lei federal, ela não vem da cepa do Governador Roberto Requião, vem da necessidade de modernização do Estado e do aparelho. Não é vir aqui o Deputado, que respeito muito, como respeito todos os Deputados, são todos meus amigos, dizer e afirmar: “A hora que o Governador

precisar, a Oposição vai estar aqui para votar a lei!” E se estiver no recesso? Vamos convocar a Casa, pagar jetons aos Deputados para votar esta lei, que é necessária? E a contratação, não é ao bel-prazer, não! Tem critérios e critérios, e os critérios estão estabelecidos nesta lei complementar! Então, precisamos fazer o discurso da verdade!

Nós estamos votando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Emenda nº 06: Adite-se ao artigo 8º, inciso com o seguinte teor: Gratificação por atividade específica concedida aos servidores públicos do órgão ou entidade ocupante do cargo e similar àquele ao qual está sendo feita a contratação. É mais uma emenda assegurando o direito ao trabalhador! Não acredito que o Deputado Scarpellini seja contrário e nenhum Deputado. Ele encaminhou equivocadamente o seu discurso, nesta tarde, a respeito do Projeto de Lei nº 485 e das emendas.

A outra emenda que nós estamos votando aqui é a de nº 08: Adite-se ao artigo 8º, inciso com o seguinte teor fazendo-se remunerações necessárias: “gratificação por assiduidade concedida aos servidores públicos do órgão ou ocupante do cargo similar àquele ao qual está sendo feita a contratação.

Mais uma vez, Deputado Tadeu Veneri, assegurando o direito daquele cidadão e daquela cidadã que está a serviço do Estado do Paraná!

Portanto, não creio que nem o Deputado Scarpellini e nem um Deputado vá votar contra as emendas que hoje estamos submetendo ao Plenário, porque elas são justas, são plenas, do reconhecimento do Estado do Paraná, do direito dos trabalhadores e daqueles que nesta condição vão colocar como servidores da população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação a emenda.

Para encaminhar ainda inscrito o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encaminho esse projeto e as respectivas emendas já foram votadas em 1ª Discussão, na semana passada. E, com exceção das Emendas nº 1, 5 e 7 que foram rejeitadas em bloco a pedido do Líder do Governo, Deputado Dobrandino. As demais foram acolhidas e tiveram a sua aprovação na 1ª Discussão e na 1ª Votação.

Fico feliz pelo fato de os Deputados entenderem que algumas mudanças se faziam e se fazem necessárias, da lei apresentada pelo Executivo aqui na Assembléia Legislativa, no que diz respeito à contratação temporária de funcionários. E, diga-se de passagem, a maioria dessas emendas tiveram sua origem na Comissão de Finanças, Comissão que nós presidimos e temos como Vice-Presidente o Deputado José Maria Ferreira e composta por vários outros Parlamentares mais. Mas, a preocupação dos Deputados da Oposição e principalmente a nossa,

não é com relação às Emendas, que vêm aperfeiçoar, tornam menos prejudicial o projeto, na sua origem.

O que os Deputados da Oposição têm discutido, diz respeito à essência, ao objetivo principal, ao mérito do projeto: somos contra a contratação temporária. Embora essas emendas apresentadas e sendo discutidas neste momento, diria que não são boas, tornem o projeto menos prejudicial para o Estado e para os funcionários.

Agora, não posso entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitas vezes temos que recorrer ao passado, porque quem não tem passado, não tem história! Nós temos história porque tivemos passado, aqui, na Assembléia. Lembro muito bem, Deputado Barbosa, V. Exa. não era Deputado, no Governo passado tinha o ParanaEducação que contratava funcionários temporários para a educação através de teste seletivo. O PT, Deputado Veneri, foi contra, não concordou, de forma alguma! O PMDB foi contra! E hoje o PMDB defende veementemente a contratação temporária dos funcionários! E hoje consigo entender. Muitas vezes me questiono e pergunto: O que é que está acontecendo aqui na Assembléia e com os próprios políticos, que uma hora falam de uma forma e outra hora falam de forma diferente? Essa contratação....

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria que o senhor se ativesse às emendas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Estou nas emendas, Presidente! Elas que foram aprovadas na minha Comissão! Essas emendas corrigem distorção e asseguram exatamente para as pessoas que venham a ser contratadas temporariamente, que não tinham garantias, no caso uma rescisão do contrato, do 13º e que nós corrigimos na Comissão de Finanças e fizemos isso.

Agora, o Governo do Estado pede a contratação para todas as Secretarias em todas as áreas, na educação, na saúde, no transporte, na segurança, na pesquisa, na agricultura e nós perguntamos: essa contratação temporária, que através das emendas nós estamos corrigindo, essas pessoas serão locadas de acordo com a lei, ou será que vai acontecer o mesmo com a lei que nós aprovamos aqui na Assembléia Legislativa no início do ano, quando foi transformar 328 Cargos em Comissão, Símbolo 9-C, de Assistente de Segurança do Departamento da Polícia Civil para agentes administrativos e adota outras providências, quando, no artigo 2º diz o seguinte: “Os agentes administrativos terão como atribuição...”

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Entendo que o Deputado Elio está fugindo da defesa ou do encaminhamento contrário.

Falar aqui em ParanaEducação é totalmente diferente do projeto que está sendo votado neste instante. Acho que nós temos que manter...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Lamento ser interrompido pelo Deputado Ademir Bier, quando estou falando da contratação, se não vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com a lei do passado!

Será que isso não é...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sem ficar nervoso, Deputado Elio Rusch, está assegurada a palavra a V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Se o senhor quer me dar aula, procure-me depois! Não preciso da aula de V. Exa.

Por favor, Presidente, se eu estou fazendo um comparativo, não se aplica a mesma coisa, depois, nesta lei?

Assegure-me a palavra, por favor!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está assegurada a palavra para que V. Exa. faça o encaminhamento.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Mas tem que se ater! Não é no grito que o Deputado Elio vai nos ganhar aqui, não, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão do Deputado Ademir para que o Deputado Elio Rusch faça o encaminhamento da Emenda.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Obrigado, Presidente. Agradeço a V. Exa.

Acredito que o debate aperfeiçoa muitas vezes, aquilo que se deseja, aquilo que se almeja e nós estamos discutindo um projeto que para o atual Governo é de suma importância e nós, na Comissão de Finanças, demos o nosso parecer, a essas emendas que visam corrigir algumas distorções quando encontramos dentro do próprio projeto. O que eu disse neste momento eu fui muito bem claro...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu gostaria, regimentalmente, de acordo com o artigo 171, que a Presidência indagasse ao Deputado que utiliza a tribuna neste instante, se ele está encaminhando favorável ou contrário às emendas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Se as emendas foram de nossa autoria, na Comissão de Finanças e que visam corrigir, jamais eu poderia ser contra!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Então o Deputado Elio Rusch está encaminhando favorável às emendas ao Projeto 405.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Às Emendas! Não ao Projeto!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

A Questão de Ordem era essa, Sr. Presidente.
Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Para que não criemos uma confusão novamente, acredito que não cabe a Questão de Ordem do Deputado José Maria.

Quero me somar ao Deputado Elio Rusch. Ele tem todo o direito de usar dez minutos para encaminhar essa questão.

O que nós queremos deixar claro, para a população paranaense é que é um absurdo contratar servidores públicos sem concurso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Eu queria conhecer o posicionamento do Deputado Elio Rusch, se ele estava votando favoravelmente ou contrário às emendas, porque as emendas são de autoria do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está assegurada a palavra, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço mais uma vez.

Deputado José Maria, acho que fui muito claro no começo da minha manifestação, quando disse que o projeto quando chegou na nossa Comissão, da qual V. Exa. é Vice-Presidente, que as emendas apresentadas foram da nossa Comissão. Não temos como ser contra as emendas deste Deputado, em particular, porque nós subscrevemos. Nós somos os autores dessas emendas. Como é que vamos ser contra? Nós somos contra o projeto na sua essência, mas como é que vamos ser contra as emendas? Elas corrigem e asseguram, ao menos, aquilo que o Governador quer fazer.

Agora te pergunto: e o Governador, o que é que ele vai fazer com a contratação temporária dessas pessoas?

Eu fui muito claro quando disse que a lei que a Assembléia Legislativa tem aprovado, quando nós transformamos os cargos de assistentes de segurança em agentes administrativos. A informação que nós recebemos, as pessoas devem ser lotadas, única e exclusivamente, conforme o artigo 2º, na assessoria dos trabalhos internos da Casa...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo se esgotou, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Fui interrompido umas três ou quatro vezes, no mínimo, e o tempo transcorreu direto. Espero que o

senhor possa me dar o tempo necessário para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. sabe do Regimento, que não é permitida a prorrogação dos dez minutos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas, Presidente, eu fui interrompido por Questões de Ordem, pelo Deputado Ademir Bier, pelo Deputado Rossoni, pelo Deputado José Maria, e V. Exa. não descontou esse tempo!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem que ter a compreensão, porque V. Exa. desvirtuou do assunto, também.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto, por dez minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.
Estive neste final de semana...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. está encaminhando favorável ou contrário às emendas?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Contrário às emendas.

... visitando, alguns dos companheiros dos Municípios onde atuamos e fiz até uma pesquisa informal. Na verdade, não tem valor científico, é mais uma amostragem. Conversei com cerca de 180 pessoas e não consegui encontrar um, sequer, que fosse favorável a este projeto de contratação sem a realização de concurso público.

Veja aqui nas emendas, que visam até tentar beneficiar este projeto, tentar diminuir o impacto negativo, inclusive, que vai ter junto à opinião pública, na tentativa de melhorar. Confesso a V. Exa., que é um Deputado experiente, não consigo concordar com os Deputados que defendem o Governo, nesta Casa!

V. Exa. citou, inclusive, o Partido dos Trabalhadores. Se pudéssemos voltar no tempo, como é que iríamos conceber que o Partido dos Trabalhadores votaria maciçamente a favor de um projeto que não seja a contratação através de concurso público? Veja, eu entendi o que disse o Deputado José Maria Ferreira, Deputado experiente, quando cita, por exemplo, a questão de critérios. Que critérios possam se sobrepor ao concurso público, com a transparência, com a estabilidade no emprego, com férias

proporcionais, com 13º, com Fundo de Garantia, e, principalmente, a estabilidade.

Volto a invocar, aqui, para que um servidor, nestas condições, contratado precariamente, não tenha a incerteza de ser demitido logo ali na frente. Mesmo que consigamos entender o escopo do projeto, que visa a contratação temporária e emergencial, onde está a emergência, por exemplo, como disse o Deputado Valdir Rossoni, na questão da infra-estrutura? Quantos e quantos servidores conseguiram passar em concurso público e aguardam tão ansiosamente a convocação, para poderem assumir seus postos e estão sendo prejudicados, em detrimento daqueles que vão entrar pela “porta dos fundos”?

Eu ouvi aqui outro argumento do Deputado José Maria Ferreira e não entendo. Não estou jogando para a torcida, porque até a televisão já está fora do ar. Estou aqui fazendo uma constatação, dentro do respeito que tenho por V. Exa. V. Exa. disse que é difícil chamar, fazer uma reconvocação dos Deputados para ganhar o jeton, para votar um projeto emergencial.

V. Exa. sabe melhor que este Deputado e pelo menos desde que entrei nesta Casa, não existem mais jetons; foram extintos pela Mesa Executiva. Ou não, Deputada Elza Correia?

Até gostaria...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço ao Deputado Barbosa que se atenha às emendas.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sim, estou me atendo. Vejo aqui na emenda dois, por exemplo: “Atender ao suprimento de docentes e funcionários de escola na rede estadual de ensino e nas instituições estaduais de ensino superior”. Quem conhece o Paraná e, principalmente as pequenas cidades paranaenses, sabe como funciona a contratação temporária sem a realização de um concurso público. A toda hora, essa pessoa, dentro da insegurança do cargo, naturalmente pela condição que ela está lhe confere, não terá liberdade até mesmo de exercer no ápice essa sua atribuição, porque vem o apadrinhamento público, a influência “Olha, não se comporte desse jeito, porque senão vou falar para o patrão lá em cima”.

Parece que estamos revivendo aqui o famigerado “Big Brother”, não esse da televisão, mas o verdadeiro “big brother” do Tio Sam, da época da caça às bruxas, do makartismo. É isso que não conseguimos entender, de um Governador democrata, que tem a sua história totalmente pautada pela luta em favor dos menos favorecidos pela sorte.

É só esse o questionamento que faço na tarde de hoje.

Vejo que a população paranaense está nutrindo um sentimento de revolta com esse Governo que aí está. O mesmo sentimento que tem pelo Governo Lula, que contratou quarenta mil. Eu disse 25 na semana passada e fui

corrigido: quarenta mil novos assessores, sem concurso público! Não é isso o que queremos para o nosso País! Não é isso o que queremos para o nosso Estado, com certeza!

Então, por que não realizar o concurso público? Se o projeto é tão bom, por que fugir do concurso público? Podemos evocar, por exemplo, mais uma vez, aqueles servidores que estão há mais de quinze anos e que não foram contemplados com o projeto e enquadramento da Lei 14.590/2004, se não me falha a memória. Quantos daqueles que passaram nos concursos públicos esperam ansiosamente a convocação, mas que serão mais uma vez prejudicados e não serão chamados para poder trabalhar no Estado?

Entendo, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo não deseja que encaminhe, para que a população não saiba a barbaridade que está sendo cometida com a aprovação desse projeto.

Portanto, peço aqui aos Deputados da Situação, que reflitam um pouco mais antes de aprovar esse projeto. Se quiserem a tranquilidade e que não o encaminhe, que o retire de pauta para uma discussão *a posteriori*, para que possamos votar com segurança isso tudo.

Vou na linha de raciocínio do Deputado José Domingos Scarpellini, porque fatalmente vão entrar com um projeto de inconstitucionalidade ou uma ação de inconstitucionalidade na aprovação desse projeto. Quem sabe nós, Deputados Estaduais, teremos que ressarcir os cofres públicos por uma irresponsabilidade cometida no dia de hoje... Temos que ter essa consciência e aqui não vem aquela dualidade, Oposição ou Situação, mas, sim, como agentes públicos que têm responsabilidade para com a nossa sociedade.

Para que fazer contratação emergencial na área de infra-estrutura, educação e segurança? Existem concursos públicos, concursados que passaram, que não tiveram ainda caducado esse processo seletivo e que já poderiam estar atuando, bastaria o Governador Roberto Requião chamá-los. Mas, entendemos o comportamento do Governador Roberto Requião: quer ele ter o poder de nomear esse ou aquele. Isso, lamentavelmente fere, na minha modesta opinião de ver a trajetória de vida ilibada, de conduta séria, por parte do Governador, de todos nós paranaenses.

Não queiram dourar a pílula! Não queiram usar de eufenismo. Contratação sem concurso público não tem legitimidade, e portanto não terá, mais uma vez repito, o meu apoio nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação as Emendas. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, para que proceda à verificação de votação.

Gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares que não é permitido enquanto o processo de votação, a retirada dos Deputados do plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à Chamada Nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Trinta e cinco Srs. Deputados presentes.

Será feita a verificação de votação.

Trinta favoráveis e cinco contrários.

Estão aprovadas as emendas.

O Projeto de Lei 485/2004 está aprovado e irá à redação final.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2005 de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Nova Aurora, com sede e foro no Município de Nova Aurora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. PARERECES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emendas. **Aprovadas.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2005, que objetiva atribuir crédito presumido de 5% sobre o valor das saídas do leite UHT, acondicionado em embalagens longa vida. ICMS. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Filantrópica SEMEAR, de Medianeira com sede e foro no Município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2004, de 14.09.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 337/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade

Pública a Sociedade Filantrópica Semear, com sede e foro no Município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Arte e à Cultura - APAC de Sertãoópolis, com sede e foro no Município de Sertãoópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 464/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tala de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Arte e à Cultura, com sede e foro no Município de Sertãoópolis.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe, para efeitos de segurança pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda, sejam predominantemente bebidas alcoólicas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. CAICTM. **(Publ. no DA nº 004/2005 de 23/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 043/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei visa ordenar a matéria referente à venda de bebidas alcoólicas e mais especificamente sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais

cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas.

Em sua justificativa o autor afirma que “pesquisas e estatísticas sobre criminalidade... quer contra pessoas quer contra o patrimônio, público ou privado, tem maior incidência nas proximidades dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcoólicas...”

Segundo estudos, com base em dados do Ministério da Saúde, a bebida alcoólica está envolvida em 70% dos casos de homicídios e 50% da violência doméstica. As estatísticas revelam que no índice de cada 52 homicídios ocorridos, 24 ocorreram em bares ou próximos a eles, e por pessoas embriagadas. Outro dado também mencionado nos estudos é em relação ao horário em que os crimes ocorreram: 73% dos crimes cometidos desta natureza aconteceram nos horários entre às 18 horas e 6 horas.

É certo que os principais danos sociais usados para justificar o controle do consumo de álcool são os índices de crimes, doenças e acidentes relacionados ao consumo exagerado. Estimativas da Secretaria Nacional Antidrogas apontam que em cerca de 80% dos registros de homicídio, violência doméstica e acidentes de trânsito há a participação do componente álcool.

Lamentavelmente do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas CEBRID, aponta que ao longo dos últimos quinze anos, de todas as internações hospitalares causadas por drogas, 90% são motivadas pelo álcool.

Segundo pesquisa realizada em 2001 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas CEBRID, em 107 cidades brasileiras, 9,1% dos homens e 1,7% das mulheres fazem uso regular de álcool (mínimo de três a quatro vezes por semana, incluindo aqueles que bebem diariamente), totalizando em 5,2% o número de indivíduos que bebem regularmente.

Já o número de dependentes seria de 11,2% da população, o que corresponderia a cerca de dezoito milhões de brasileiros. O número maior de dependentes encontra-se na faixa etária dos 16 aos 24 anos em que 23,7% dos homens e 7,4% das mulheres são consideradas dependentes.

Levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS), feito em 1999, o Brasil apareceu no 63º lugar no consumo *per capita* de álcool, de um total de 153 países. O Brasil está entre os quatro maiores produtores mundiais de destilado. A bebida mais consumida no País, entretanto, é a cerveja. O consumo *per capita* de cerveja é de 54 litros por ano e cresce entre 3% a 5% ao ano. O consumo de cachaça aparece em segundo lugar, com uma média de doze litros por pessoa ao ano.

Outro estudo realizado pelo OMS em 2002 indica que 5,6% de todas as mortes de homens ocorridas no planeta e 0,6% de mulheres são atribuídas ao consumo de álcool. No Brasil, estudo dos psiquiatras Ronaldo Laranjeira e Nino Meloni, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), revelam que mais de 10% de toda a

mortalidade ocorrida no país é consequência do consumo excessivo de álcool.

O alcoolismo é hoje o principal problema de saúde pública no Brasil. Temos a metade dos problemas provocados por álcool, segundo afirmação do professor Ronaldo Laranjeira.

A despeito de todos os significados culturais e simbólicos que o consumo de bebidas alcoólicas adquiriu ao longo da história humana, o álcool não é um produto qualquer. É uma substância capaz de causar danos através de três mecanismos distintos: toxicidade direta e indireta sobre diversos órgãos e sistemas corporais, intoxicação aguda, e dependência. Tais danos podem ser agudos ou crônicos, e dependem do padrão de consumo de cada pessoa, que se caracteriza não somente pela frequência com que se bebe e pela quantidade por episódio, mas também pelo tempo entre um episódio e outro, e ainda pelo contexto em que se bebe.

Da constitucionalidade e legalidade da matéria

Em primeiro lugar, deve-se observar que a questão ora abordada - possibilidade de edição de lei estadual restringindo o consumo de bebidas alcoólicas - encontra-se dentro do chamado poder de polícia administrativa, que, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, consiste na “faculdade de que dispõe a Administração Pública para acondicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição, p. 110). Este conceito doutrinário há muito foi positivado na legislação brasileira. De fato, o Código Tributário Nacional, em texto amplo e explicativo, dispõe: “Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da população e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

O poder de polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos, aptos a acondicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade. Neste sentido a lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello: “A polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos. Regulamentos ou portarias - como as que regulam o uso de fogos de artifício ou proíbem soltar balões em épocas de festas juninas -, bem como as normas administrativas que disciplinem horário e condições de vendas de bebidas alcoólicas em certos locais, são disposições genéricas próprias da atividade de polícia administrativa.” (Curso de Direito Administrativo, 13ª ed., Ed. Malheiros, págs. 695/696) O poder de polícia é inerente a

toda Administração Pública e se reparte entre as esferas administrativas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Todavia, segundo a técnica de repartição de competências adotada pela Constituição de 1988, há competências que são deferidas com exclusividade e determinada unidade federativa, enquanto outras são exercidas concorrentemente. Como adverte Hely Lopes Meirelles: “Em princípio tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria. Assim sendo, os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e policiamento da União; as matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual; e os assuntos de interesse local subordinam-se aos regulamentos edilícios e ao policiamento administrativo municipal.

Todavia, como certas atividades interessam simultaneamente às três entidades estatais, pela sua extensão a todo o território nacional (v. g. saúde pública, trânsito, transporte, etc), o poder de regular e de policiar se difunde entre todas as Administrações interessadas, provendo cada qual nos limites de sua competência territorial. A regra, entretanto, é a exclusividade do policiamento administrativo; a exceção é a concorrência desse policiamento.” (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição).

A matéria ora tratada - restrição do uso de bebidas alcoólicas - situa-se dentre aquelas cuja competência, em razão do simultâneo interesse, pode ser exercida concorrentemente entre as unidades da federação. De fato, como assinala José Afonso da Silva, “há, contudo, uma repartição de competências nessa matéria (organização da segurança pública) entre a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada unidade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais e o fortalecimento do princípio federativo, como, aliás, é da tradição do sistema brasileiro” (in *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 9ª ed., 1994, Malheiros Editores). Em consonância com a supracitada lição doutrinária, dispõe o artigo 144 da Constituição Federal:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:”

Desta forma, indiscutível a possibilidade de regulamentação da questão mediante a edição de lei estadual. Ressalte-se, ainda, que não se pode enquadrar o tema em discussão como de “predominante interesse local”, razão pela qual, não há qualquer invasão da esfera de competência legislativa privativa dos Municípios (artigo 30, I, da CF/88). É que, em matéria de competência legislativa, rege o princípio da predominância do interesse, sendo da União o tratamento de

questões nas quais predominam o interesse nacional e da generalidade dos cidadãos, dos Estados o tratamento das matérias relativas a interesses essencialmente regionais e por fim aos Municípios competem os assuntos de interesse predominantemente locais. Confirma-se, a respeito, a lição de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominantemente interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência.” (José Afonso da Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p. 418) “O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância”. (Hely Lopes Meirelles, *Direito de Construir*, 6ª ed., Malheiros, 1993, p. 120).

Portanto, se o interesse ultrapassar os limites do Município, afastada estará sua competência privativa, legitimando-se, assim, a edição de normas estaduais e federais sobre a questão, conforme estejam em jogo, respectivamente, necessidades regionais ou nacionais.

No caso presente, o interesse em jogo (melhoria da segurança pública mediante a restrição da venda de bebidas alcoólicas) não pode ser considerado predominante no âmbito municipal. Trata-se, na verdade, de assunto onde predomina o interesse regional, em face da necessidade de disciplinamento uniforme da questão em todo o território estadual. Por outro lado, inexistente violação aos princípios constitucionais do livre exercício da atividade econômica e da livre iniciativa, previstos nos artigos 1º, 4º e 170, parágrafo único, da Constituição Federal. Essas liberdades constitucionais não afastam a possibilidade de regramento restritivo estatal com o objetivo de assegurar o bem-estar da coletividade, uma vez que não escapa ao crivo fiscalizador e normativo do Estado (artigo 174 da CF/88).

De outro lado, e já em outra linha de raciocínio, esfera se é certo que o estado brasileiro adotou um modelo econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na iniciativa privada e na livre concorrência, não menos correto é concluir que isto não implica dizer que não cabe ao Estado intervir nos casos em que seja necessária sua atuação na defesa dos interesses públicos.

Do voto

Do exposto, e nos termos do parecer, somos de parecer favorável à constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 043/2005.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 043/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo, para efeitos de Segurança Pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantes bebidas alcoólicas.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, porém, esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar, após exaustiva análise quanto ao mérito, conclui por sua rejeição.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1027, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 04 (quatro) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 04 (quatro) Sessões, do Projeto de Lei nº 043/2005.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Alvorada de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2005, de 29/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 132/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Basquetebol Masculino de Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2005, de 29/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 133/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Basquetebol Masculino, com sede e foro na cidade de Toledo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Famílias Carentes com Tuberculose - AACT, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 152/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Famílias Carentes com Tuberculose, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 19.04.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia do Município de Curitiba, com sede e foro neste Município. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 023/2005, de 06/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 166/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declara de Utilidade Pública a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 19.04.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de março de 2005, Resolução nº 003/2004. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados referentes ao mês de março de 2005, conforme Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e Marcos Isfer.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 037/2005

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 37/2005, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referentes ao mês de março de 2005, regulamentada pela Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supracitada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, concluindo pelo parecer favorável. Aprovado.

Pelo acima exposto, este relator delibera pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.
(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Discussão Única

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 011/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a ligação asfáltica da estrada que liga Rebouças a São Mateus do Sul, passando pela localidade de Poço Bonito. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2005, de 18/04/2005).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 891, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 892, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 906 e 923, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 919, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 990, 991 e 992, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 996 a 1003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1004 a 1010, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1012 e 1013, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1017 e 1018, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1019 a 1021 e 1023, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1026, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1028, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1031, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1034, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1035, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1036, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1073, de autoria dos Deputados André Vargas, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1022, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, peço que se registre nos Anais da Casa a presença do Vice-Prefeito de São João, o Wadeco Gaspareto, e os seus assessores.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa registra e dá boas-vindas. Esta Casa também quer registrar a presença do ex-Deputado Valdemar, a pedido da Deputada Cida e do Deputado Luiz Nishimori.

Esta Casa dá as boas-vindas e registra a sua presença.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos um requerimento que foi aprovado nesta data que trata da vinda a este Parlamento do Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, no dia 27, portanto, depois de amanhã, onde deverá vir esclarecer uma polêmica criada entre ele e a senhora sua irmã, Lúcia Requião de Mello e Silva, que está aqui pedindo a liberação de recursos que estariam retidos na APPA, no Porto de Paranaguá, pelo seu irmão Eduardo.

Diz a Sra. Lúcia Arruda Requião de Mello e Silva...

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Scarpellini, gostaria só de um minuto para fazer uma correção quanto ao registro da presença, a pedido da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Luiz Nishimori, a presença do ex-Deputado Federal, Valdomiro Merger, de Maringá.

Esta Casa lhe dá boas-vindas, registra a sua presença.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É com muita satisfação que estamos aqui vendo o Deputado, é um prazer muito grande para esta Assembléia, uma honra para o povo paranaense em poder registrar aqui a presença do Deputado Merger.

Mas, conforme estávamos falando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Lúcia Requião argumenta que o dinheiro da varreção do Porto de Paranaguá dos anos de 2003 e 2004 não foram encaminhados para o PROVOPAR como determina a lei.

Diante deste fato nós fizemos um requerimento que a Assembléia hoje aprovou e estará aqui certamente o Sr. Eduardo Requião para dar as suas explicativas, o porquê de durante dois anos não vir cumprindo com a lei que foi criada em 1983 pelo então Governador José Richa, que determina que todo o dinheiro apurado com aquela varreção do Porto, imediatamente deve ser repassado ao PROVOPAR.

E eu quero aqui, neste momento, Sr. Presidente, dizer o que aqui virá ou não virá, vai ficar a critério dele se deve vir ou não para dar estas explicações, mas já deixar aqui registrado o nosso posicionamento com relação a isto, porque durante dois anos foi sonogado esse repasse de recursos. Durante dois anos o Porto de Paranaguá não informou a esta Casa, ao Governo ou ao próprio PROVOPAR se vendeu, se tem varreção, se não tem. Quem é que fiscaliza aquele porto, Srs. Deputados? Quem é que está fiscalizando as ações do diretor do Porto de Paranaguá?

É neste sentido que nós queremos chamar a atenção desta Casa porque se chegar aqui o Diretor do Porto

de Paranaguá e dizer que não teve varreção, esta Casa não vai ter como cobrar nada de ninguém, porque a fiscalização das ações administrativas do Executivo realmente estão precárias, cada um está fazendo no seu setor o que bem quer, o que bem faz.

O Secretário da Justiça nega vagas no sistema prisional, a presos já condenados, nega, e os presos devem então continuar nas cadeias que, por sua vez, são de responsabilidade do Secretário da Segurança que vem e diz que não pode fazer nada diante do empilhado de presos que estão nas cadeias públicas pelo Paraná, em lugares com tuberculose, em lugares que não têm a menor condição de se ter um preso, como a cadeia pública de Paranaguá que tem 198 num espaço que deveria ter, no máximo vinte.

O Deputado Neivo lá esteve, juntamente conosco, e constatou que inclusive para entrar dentro da cadeia é preciso colocar máscara, porque a tuberculose já dominou aquele recinto. E vem o Governador do Estado e diz: “Ora, lugar de preso é na cadeia.”

Realmente, lugar de condenado também deveria ser e, no entanto, nos vemos que um sobrinho do Governador que ocasionou um acidente que matou duas pessoas, está solto! Não está na cadeia de Paranaguá, não está na penitenciária! ... Então, querem prender os bagrinhos miúdos enquanto os grandes estão a navegar em alto mar?

Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso protesto e quero registrar que ficaria muito satisfeito se viesse aqui o Diretor do Porto de Paranaguá para dar algumas explicações e que nós pudéssemos cobrar, não só com relação ao farelo, à soja, às sobras de adubo, pois sobraram dezenas de toneladas naquele porto, outros insumos que sobraram e que certamente não foram contabilizados, não foram

repassados para o PROVOPAR, conforme denúncia de sua própria irmã, Lúcia Arruda Requião de Mello e Silva.

Então, nós vamos estar aqui no dia 27 para ouvirmos a palavra do Presidente do Porto de Paranaguá e vamos querer providências sim, providências do Ministério Público, da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná que precisa agir, não só contra Vereador, contra Prefeito no interior, mas contra certos casos que estão tipificados em lei e que merecem uma melhor investigação e um melhor aprofundamento por parte da Procuradoria de Justiça do Estado do Paraná e dos Promotores que estão aí no interior.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira dia 26, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2003;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 337, 464/2004; 132, 133, 152, 166/2005; e do Projeto de Resolução nº 007/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 450/2004; 027, 058, 090, 091, 114 e 117/2005.

Levanta-se a Sessão.

